

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A PROPÓSITO DO CENTENÁRIO DA "CIDADE" DE GUIMARÃES E DO MILENÁRIO DA SUA EXISTÊNCIA HISTÓRICA.

CARDOSO, Mário

Ano: 1953 | Número: 63

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, A Propósito do Centenário da "Cidade" de Guimarães e do Milenário da sua existência histórica. *Revista de Guimarães*, 63 (1-2) Jan.-Jun. 1953, p. 5-49.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A propósito do Centenário da «Cidade» de Guimarães e do Milenário da sua existência histórica

Por MÁRIO CARDOZO

Pres. da Soc. Martins Sarmento

Comemora-se no corrente ano o 1.º Centenário da «Cidade» de Guimarães. Por Carta de 22 de Junho de 1853 (1), assinada pela Rainha Senhora Dona Maria II, foi outorgada à Vila de Guimarães a categoria de *cidade*.

Não representou a concessão desta honraria apenas um gesto da munificência régia, mas um facto da mais alta transcendência cívica e política. O acto magnânimo da Rainha veio ao encontro de um direito adquirido pelo nosso aglomerado urbano, em face do progresso atingido através da sua evolução, sob os aspectos demográfico, económico, social e cultural. Só alcança as honras de «cidade» a povoação que as merece e que, pelo seu desenvolvimento e capacidade de trabalho, as justifica. Este facto sugere-nos algumas considerações de ordem geral, a propósito da aquisição deste direito de «cidade», e de como a nossa terra amplamente o mereceu.

Na mais remota organização social do território que hoje constitui o nosso País, muito antes da conquista romana, as populações desta região do norte apenas mantinham ligações de mútuo auxílio quando a comunidade de interesses materiais assim o exigia. Estavam essas populações organizadas em agrupamentos, a que os autores latinos deram o

nome de *civitates*. Tais agrupamentos, a cada um dos quais correspondia determinada área territorial, eram por assim dizer alianças de tribos, ou seja, de núcleos de famílias, unidas pelos laços da consanguinidade. Cada tribo ocupava uma unidade rural—o *pagus*. O centro do governo, isto é, a capital da *civitas* era o *oppidum*, ou «castro», rodeado por um ou mais circuitos de muralhas e coroado pela cidadela ou acrópole (*arx*), onde, em caso de guerra e necessidade de defesa, se organizava o mais forte e último reduto. Dentro do *pagus* o núcleo de população constituía um *vicus*, conjunto de habitações, como a aldeia de hoje, que nascia à beira de um santuário, ou do lugar de reunião de um mercado, ou sob a protecção de um ponto fortificado.

A *civitas* correspondia assim a uma pequena pátria, era uma personalidade jurídica, politicamente autónoma, sob um governo representativo do *populus*, ou conjunto de cidadãos livres, agrupados nesses núcleos tribuis.

Com a ocupação romana, especialmente após a campanha conduzida com indômita violência pelo Cônsul Décimo Júnio Bruto, no ano 137 a. C., que trouxe a guerra aos *Calaicos*, assolando as terras do norte até às margens do rio Minho, começou o declínio dos «castros» ou *oppida*, que deixaram de oferecer importância militar. E, enquanto muitos deles foram desmantelados pelos invasores, e os seus habitantes forçados a abandonar os antigos lares, outros foram transformados em povoações abertas. Jugulada definitivamente, mas só após dois séculos de porfiadas lutas, a resistência do íncola destas regiões do Noroeste da Península, e imposta a paz romana, iniciou-se então o arroteamento e cultivo da terra, e à vida pastoril da montanha sucedeu o trabalho fecundo do arado. Nasceu assim a unidade agrícola, a quinta ou pequeno domínio rural, o chamado *fundus*. Foram, por este modo, surgindo, a pouco e pouco, dispersas pelos vales e encostas viçosas e férteis, as edificações que se tornavam indispensáveis à exploração do solo, ou sejam as *villae*, que de início eram singelas casas de campo, humildes habitações para residência dos lavradores ou *pagani*. Agrupados suces-

sivamente estes edifícios, ocupando áreas cada vez mais extensas, à medida que a prosperidade da exploração agrícola o permitia, deram tais núcleos de habitações origem às nossas aldeias ou paróquias rurais, e muitas destas, por sua vez, às vilas e cidades de hoje.

Numerosas *villae*, de simples habitações rústicas que eram, transformaram-se, no decorrer do tempo e da fortuna, em vivendas magníficas e sumptuosas, como nos denunciam hoje as ruínas de edifícios com pavimentos de ricos mosaicos, colunatas majestosas, dispositivos especiais de calefação, piscinas, etc., denotando uma vida opulenta e próspera dos seus antigos moradores.

Mas não só das vilas lusitano-romanas nasceram muitos dos povoados de hoje, pois também na época romana grande número de « castros » tomaram amplo desenvolvimento, transformando-se, como dissemos, em cidades abertas, ou *urbes*. E até dos próprios acampamentos eventuais das tropas romanas de ocupação, os *castra* ou *castella*, provieram algumas cidades que chegaram até nós, como, por exemplo, a cidade de León, em Espanha, fundada no local dos quartéis da *Legião VII Gêmea*.

A *urbs* romana era o aglomerado urbano, progressivo e civilizado, por oposição à *rus*, que designava a coisa rústica, o campo, a terra de lavoura, a propriedade rural. Por sua vez o termo *civitas*, designativo, de início, como vimos, de uma circunscrição territorial, que incluía os diversos *pagi*, tornou-se também extensivo ao próprio local do governo, isto é, ao *oppidum*, e aparece igualmente como sinónimo de *urbs*. Na evolução da linguagem, o acusativo *civitatem* deu origem ao termo *cidade*, que, por seu turno, deu a palavra *cidade*.

As *villae* eram pois centros rurais; os *oppida*, *civitates* e *urbes* centros urbanos. Há portanto nestas designações um significado ligado a um sentido de origem, ou seja derivado de um conceito baseado na importância demográfica do povoado e no seu progresso cultural.

Quando a *vila* dos nossos dias cresce de importância, devido ao aumento da população e à extensão

da área habitada, ao seu progresso industrial e cultural, à sua prosperidade e riqueza pública, e atinge deste modo determinado grau de desenvolvimento — transforma-se conseqüentemente em *cidade*, ou melhor, adquire jus a essa nova designação ou título, que envolve também a ideia de superioridade urbanística.

Esse título ganhou-o há um século a nossa terra, que até 22 de Junho de 1853 foi simplesmente a *Vila de Guimarães*. Lancemos então um olhar retrospectivo aos mais antigos documentos que nos falam da fundação desta Vila.

Em tempos remotos, mais de dez séculos antes do início do burgo medieval vimaranense, já um núcleo de população primitiva se aconchegava no outeiro onde hoje se ergue o Castelo de Guimarães. Existiu por certo ali um «castro», durante o período cultural da chamada Idade do Ferro, o qual constituiria o centro de defesa de uma *Cividade* ocupada por determinado povo, cuja designação étnica hoje ignoramos.

Mas, muito antes ainda dessa época distante, já também no alto rochoso e alcantilado da Penha vivia, há perto de 3.000 anos, uma população autóctone, da civilização do Bronze. E, nas elevações que circundam o vale, outrora coberto de cerrados bosques, por onde hoje se espraia a cidade de Guimarães, outros «castros» existiriam igualmente.

Abandonados esses pontos altos, e franqueado o território à Romanização e ao espírito colonizador do povo do Lácio, sulcado já o país de longas e sólidas calçadas que o invasor fez construir, como bom conhecedor de que as vias de comunicação e de penetração no *hinterland* constituem um dos mais seguros factores de progresso e domínio dos povos subjugados, é natural que o fértil vale da nossa terra em breve se animasse de explorações agrícolas, e as *vilas* lusitano-romanas se multiplicassem, disseminadas pelos prados verdejantes.

Foi por certo numa dessas vilas que se fixou e foi prosperando, no dobar dos séculos, o núcleo de agricultores que havia de constituir o germen do burgo onde nasceu Guimarães (2).

Muitas centenas de anos decorreram, e por muitas vezes a terra foi invadida e talada. E então os frutos do trabalho árduo e persistente do aborígene eram destruídos por hordas estranhas, violentas e cruéis, que na sua passagem tumultuária deixavam a desolação, o incêndio, o sangue e a morte. Foi assim a onda dos Bárbaros do Norte, pelos começos do século v, na decadência do Império Romano; a ocupação da Galiza e do Entre Douro e Minho pelas tribos dos Suevos; e, séculos mais tarde, a invasão pelo sul, dos exércitos sarracenos. Mas, passada a catástrofe, o homem regressava das brenhas para onde fugira, e reconstituía corajosamente o seu lar. E a vida recomeçava, após o morticínio, as assolacões e a miséria.

Com a evangelização do Cristianismo na Península, começa para nós, na Alta Idade Média, uma nova vida espiritual, e com ela uma nova organização social e uma nova Cultura. Erguem-se as primeiras basílicas. Pelos meados do século vi, os Suevos, arianos, convertem-se ao Catolicismo. S. Martinho de Dume condena, em suas prêgações apostólicas, os usos, superstições e vestígios de práticas gentílicas das populações desta região (3), ainda impregnadas de velhas crenças enraizadas nos seus cultos primitivos, ou nos cultos que assimilaram do paganismo romano. Multiplicam-se, desde então, pelo território os pequenos templos cristãos.

De uma *villa* lusitano-romana terá pois nascido, como se disse, Guimarães, cujo nome derivou do antigo topónimo *Vimaranes*. Esta designação proveio, por sua vez, do genitivo do nome pessoal, de origem germânica, *Vimara* ou *Guimara* (de *Wigmar*), por certo um dos possesores, ou o primeiro possessor desta terra (4). Não é raro nos nossos documentos medievais este nome de *Vimara* (5), como também outros lugares do país aparecem nesses documentos com o nome de *Vimaranes*, ou dele derivado. Este nome da nossa terra significaria portanto, na sua origem, «terra de Vimara». Quem fosse este *dominus* do lugar que hoje habitamos ignorámo-lo, pois não existem documentos coevos ou posteriores que no-lo digam claramente.

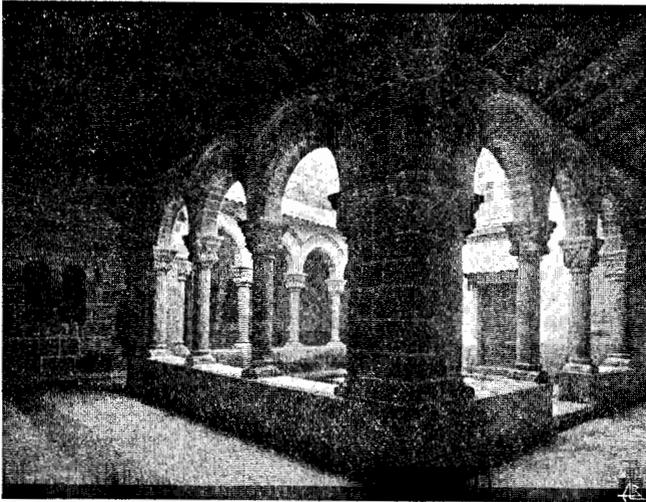
Desses tempos recuados apenas nos chegaram informações vagas e dispersas, através de documentos isolados. Assim, no antiquíssimo Cartulário chamado «Livro dos Testamentos» do Mosteiro de Lorvão, foi lançada por mão anónima uma rubrica, já talvez do século XII, dizendo que, no ano 868 de Jesus Cristo, a cidade de *Portugale* (o Porto de hoje) fora tomada de presúria pelo Conde Vimara Peres, e que este falecera na povoação de *Vama*, cinco anos após aquela data (6). Como, por essa época, as incursões dos Normandos assolavam as costas do país, lançando o pânico nas populações (7), a situação topográfica de *Portugale*, onde Vimara se estabeleceu, junto da orla marítima, seria precária, e possivelmente ter-se-ia ele deslocado então para *Vama*, outro povoado do mesmo território, porém mais seguro do que *Portugale*, por afastado do litoral (8). Este povoado tomaria depois o nome do seu possessor, isto é — *Vimaranes*, «villa ou terra de Vimara», e seria então este o burgo que deu origem a Guimarães de hoje (9).

Noutro Cartulário, designado «Livro de Mumadona», que pertenceu ao Arquivo da nossa extinta Colegiada, também se alude, num documento datado de 870, a um Conde Lucidus Vimarani, possivelmente um filho de Vimara Peres (10). Noutro texto, citando uma data ainda mais antiga do que a referida na rubrica do Chronicon Laurbanense, texto esse incluído no Cartulário dito «Liber Fidei», pertencente ao Arquivo Distrital de Braga, já também se alude a *Vimaranes*. O apógrafo é referido ao ano 840, e diz que Afonso II de Castela reuniu em *Vimaranes* um conselho de condes e bispos para tratarem do repovoamento das terras portuguesas (11). A considerar verdadeiras as notícias e as datas referidas nestes documentos, já na primeira metade do século IX existiria o burgo que deu origem a Guimarães.

Um século mais tarde, ou seja por meados do século X, uma piedosa rica-dona galega, de sangue visigodo, chamada Mumadona Dias (12), extraordinariamente opulenta de bens, tia do Rei Ramiro II de Leão e viúva do Conde Hermenegildo Gonçalves, (13) fundou em *Vimaranes* um Mosteiro duplex

(de monges e monjas), consagrado ao Salvador do Mundo e à Virgem Santa Maria, no local onde hoje se ergue, nesta cidade, a vetusta Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (14).

Segundo um documento mencionando a repartição, por composição familiar, dos bens do Conde Her-



Claustro românico, que pertenceu à antiga Igreja de Santa Maria de Guimarães, onde existiu o primitivo Mosteiro mandado edificar por Mumadona

menegildo pela viuva deste e pelos seus filhos Gonçalo, Diogo, Ramiro, Oneca, Nuno e Arriana, tocou a Oneca a Vila de *Vimaranes*, que a Condessa sua mãe obteve desta por troca com outros bens, por desejar construir aqui o citado mosteiro (15). Em seu testamento, com data de 959, todos os bens da abastada Senhora foram por esta doados ao Mosteiro de Guimarães, incluindo, além de muitas herdades e terras, numerosas alfaias religiosas, vasos sagrados, paramentos, e ainda uma curiosa livraria constituída por vinte livros sacros, como antifonários, saltérios, regras de moral, história eclesiástica,

vidas dos Santos Padres, cânones, etc. (16). Esta existência de uma importante biblioteca na nossa terra, nos tempos medievais, vem confirmar as tradições da remota cultura espiritual de que se orgu-



Ramiro II de Leão, sobrinho da Condessa Mumadona, instituidora do Mosteiro de Santa Maria de Guimarães

(Pergaminho do século XII, do Tombo da Catedral de Compostela)

lha Guimarães, que já nos alvares da Monarquia seria um centro de Artes, onde existiam, tal como em Santiago de Compostela e em Leão, escolas para o ensino da música, da poesia e das línguas (17).

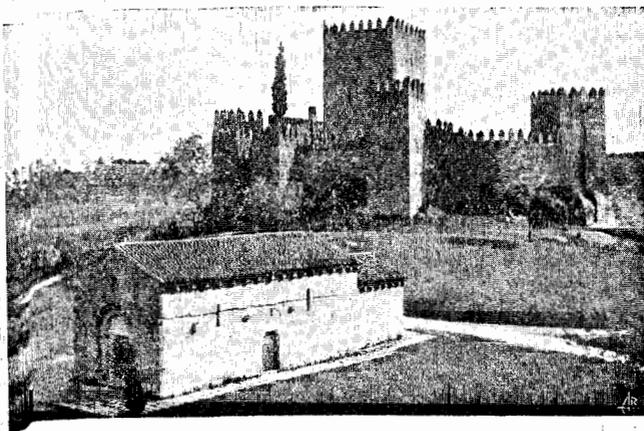
Em volta deste Mosteiro que a Condessa Mumadona instituiu e cumulou de riquezas em seu testamento, foi crescendo o humilde povoado primitivo. Mas, aqueles tempos eram incertos, sem tranquilidade nem segurança. E receando Mumadona uma incursão dos Normandos até à região vimaranense, ou temendo a ameaça dos muçulmanos, que pouco depois da sua invasão da Península, pelos começos do século VIII, haveriam destruído Braga (18), e novamente, pelo final daquele mesmo século X, Almançor conduziria vitoriosamente até Santiago de Compostela (19) — mandou edificar (entre os anos de 959 e 968) um castelo no Monte Largo (o *Mons Latitus* dos documentos medievais), sobranceiro ao cenóbio e para defesa deste (20). Foi esta a origem do Castelo de S. Mamede, da Cidade de Guimarães, construído na segunda metade do século X, não com a grandiosidade e o aspecto que hoje nos apresenta, mas dispondo apenas, naturalmente, de uma torre central e de uma pequena cerca a envolvê-la. Ali se acolheriam e defenderiam os religiosos e religiosas do Mosteiro, nas ocasiões de grande e eminente perigo.

A pouco e pouco, algumas habitações foram também surgindo à sombra deste Castelo (21), como em volta do Mosteiro continuava prosperando o outro núcleo de população. Deste modo se desenvolveram, em separado, os dois povoados — inicialmente, o do Mosteiro, em seguida o do Castelo, de cujo local, há muitos séculos, aliás teria já desaparecido o primitivo «castro» que ali existira.

No ano de 1094, decorrido já um século e meio após a fundação do Mosteiro de Mumadona, chegou à Península o Conde Henrique de Borgonha, a quem Afonso VI de Leão e Castela entregou, no ano imediato, o governo da Província Portuguesa, dando-lhe em casamento sua filha bastarda Dona Teresa. O Conde amplia e consolida o nosso Castelo, e, pelo ano de 1096, outorga foral à *Villa de Vimaranes*, concedendo regalias e privilégios especiais aos seus moradores (22). Em 1114 falece em Astorga (23), e o seu cadáver é conduzido, em lúgubre e longa jornada fúnebre, desde aquela cidade até à Catedral de Braga,

onde se encontra o seu túmulo, ao lado do de sua Mulher (24). Dona Teresa assumiu então o governo do Condado, na qualidade de regente, durante a menoridade do príncipe Afonso Henriques, então ainda menino.

O antigo palácio da Condessa Mumadona, em Guimarães, teria igualmente servido para morada do Conde Henrique e de sua Mulher Dona Teresa, reconstruído, ao que parece, pelos architectos de Cluni



Castelo de Guimarães e Igreja românica de S. Miguel do Castelo

ao serviço do Conde borgonhês (25). Segundo a hipótese mais verosímil, estaria localizado este palácio junto da Igreja do Mosteiro de Mumadona (26), que mais tarde, reinando já Afonso I, foi transformado em Colegiada (27), com prerrogativas especiais para o seu Dom Prior, todavia subordinado à Sé bracarense. Façamos aqui um parêntesis, para lastimar que Guimarães tivesse deixado decair, e finalmente extinguir, esta «Insigne e Real Colegiada», de tão remotas e gloriosas tradições, e tão intimamente ligada aos primeiros séculos da História de Portugal (28). Surge-nos, em seguida aos factos acima narrados, no primeiro plano da História, pátria, Afonso Henri-

ques, o vulto gigantesco do período heróico da formação da Nacionalidade, que a tradição nos diz ter nascido em 1111, em Guimarães, posto que, na verdade, nenhum documento coevo exista a confirmar esta naturalidade, e certos estudiosos a tenham tentado contestar, aliás sem base alguma segura. É já do século XVI, e devida a Duarte Galvão, a primeira Crónica que nos dá o nascimento de Afonso Henriques em Guimarães (29). É também tradição corrente que o nosso primeiro Rei foi baptizado no humilde templosinho românico de S. Miguel do Castelo, que o Conde D. Henrique teria mandado construir para a sua capela real. Todavia, considerações de ordem histórica e de arte comparada induzem-nos a considerar esta Igreja românica da Vila do Castelo construída pelos começos do século XIII, reinando já D. Sancho I (30). Por consequência, só na Igreja do Mosteiro de Santa Maria, adjacente ao palácio condal, deveria ter sido baptizado o futuro Rei (31).



O Conde D. Henrique de Borgonha, a quem Afonso VI de Leão entregou o Governo do Condado Portugallense em 1095

(Do Tombo da Catedral de Compostela)

Mas, seja como for, quando faltam os documentos escritos, são as tradições o fundamento da História. E assim se tem mantido inabalável a tradição de que GUIMARÃES É A PÁTRIA DO FUNDADOR DA NAÇÃO PORTUGUESA. Aqui nasceu PORTUGAL!

Aos 14 anos Afonso Henriques a si próprio se armou cavaleiro, como era uso dos Reis, na Catedral de Samora ⁽³²⁾, e, pouco depois, incitado pelos magnates que o apoiavam e defendiam, reagia contra o predomínio crescente no Condado Português de Fernando Peres, Conde de Trava, valido da Rainha D. Teresa. A esta reacção se opôs, na primavera de 1127, Afonso VII de Leão e Castela, o qual, protegendo as pretensões do Conde galego à hegemonia no Condado Português, contrariadas por Afonso Henriques, veio pôr cerco a Guimarães, onde se encontrava o futuro Rei e os barões que lutavam pela sua causa. O cerco, porém, foi levantado sob a fiança de Egas Moniz, que assumiu o compromisso, em nome de Afonso Henriques, de respeitar a suserania de Castela.

Em alguns documentos coevos, firmados por Afonso Henriques, ainda durante a regência de D. Teresa, reflecte-se o estado de espírito do Infante, resolutamente decidido a tomar pela força conta do poder do Condado Português. Um desses documentos é a confirmação, feita em 28 de Abril de 1128, do Foral concedido por seu pai à *Villa Vimaranes*, na qual Afonso Henriques reconhece aos burgueses desta vila «os bons serviços que lhe prestaram, e males e penas que juntamente com ele suportaram» ⁽³³⁾. Este auxílio dos vimaranenses diz respeito, sem dúvida, ao ataque sofrido por Guimarães quando, no ano anterior, Afonso VII veio pôr cerco à Vila. A gratidão por tais serviços aos que ajudaram o príncipe está plenamente confirmada num outro documento, já do ano de 1129, no qual Afonso Henriques faz uma doação de bens a um certo Mem Fernandes, «por serviços prestados, juntamente com outros homens de armas, entre eles Soeiro Mendes, por alcunha «o Gordo», durante o cerco posto a Guimarães pelo Rei de Leão» ⁽³⁴⁾. Final-

mente, noutro documento, este datado de 27 de Maio de 1128, ressalta já a certeza que, Afonso Henriques manifesta de que, em breve, o poder lhe pertencerá: é a Carta de confirmação do Couto de Braga ao Arcebispo D. Paio, na qual, para obter o auxílio deste, o Infante lhe promete manter em paz a cidade de Braga e a sua Sé, «quando vier a reinar»⁽³⁵⁾. Alguns dos confirmantes deste diploma são cavaleiros ilustres, que depois lutaram na hoste de Afonso Henriques, como Soeiro Mendes, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, Garcia Soares, etc.



Afonso VII de Leão e Castela, que na primavera de 1127 veio pôr cerco a Guimarães

(Do Tombo da Catedral de Santiago de Compostela)

De facto, pouco depois recrudescer a conjura pela independência do Condado, e a 24 de Junho, desse ano de 1128, dia de S. João, fere-se a batalha de S. Mamede, que Afonso Henriques e os seus ganham, no campo junto do nosso Castelo, contra o partido de D. Teresa e do Conde Fer-

nando de Trava ⁽³⁶⁾. É a trágica rebelião do filho contra a própria mãe, pela soberania da terra portuguesa, que se impõe a todo o sentimento de amor ou de simples respeito filial. Foi, portanto, esta batalha decisiva para a fundação da Nação portuguesa. Em louvável manifestação cívica, de patriótica elevação espiritual, ainda actualmente a Câmara Municipal de Guimarães festeja, todos os anos, esta data memorável, com uma solenidade religiosa na Capela de S. Miguel do Castelo, em dia de S. João.

Em 1139, após a vitória de Ourique, a 25 de Julho, contra os exércitos muçulmanos, D. Afonso Henriques foi, conforme reza a tradição secular, proclamado Rei de Portugal, pelos seus esforçados e ousados cavaleiros ⁽³⁷⁾, título e situação de independência política que aliás Afonso VII de Leão e Castela continua a negar-lhe, e que só quarenta anos mais tarde o Papa Alexandre III lhe reconhece, numa Bula de 1179 ⁽³⁸⁾. Mas o valoroso combatente, Rei de facto, já seguro da sua força indomável, amplia constantemente para sul os seus domínios, perseguindo os sarracenos a grandes golpes de montante, em luta sangrenta, numa cruzada impiedosa e incansável, que sustentou quase durante toda a sua vida.

O foral concedido por seu pai à *Vila de Vimaranes*, foi por ele confirmado ⁽³⁹⁾. Acabou gloriosamente os seus dias em 6 de Dezembro de 1185, e foi sepultado no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do qual ele próprio se intitulou o fundador ⁽⁴⁰⁾.

Durante a 1.^a Dinastia, outros Reis confirmam, ratificam ou ampliam, por sua vez, as Cartas e privilégios que a Guimarães haviam sido concedidos pelos monarcas anteriores. Afonso III rodeia de fortes muralhas a Vila que à volta do Castelo se ia alargando, e permite-lhe o direito de fazer feira quatro vezes por ano, em meados de Dezembro, Março, Junho e Setembro, durando cada feira quatro dias e garantindo imunidades e direitos especiais a quantos a ela concorressem, vendedores ou compradores ⁽⁴¹⁾. D. Dinis amplia, por seu turno, o perf-

metro das muralhas, e abrange com elas, no mesmo abraço de protecção, os dois povoados — o do Castelo, com sua Igreja de S. Miguel, e o da Colegiada, à sombra da Igreja do velho Mosteiro de Santa Maria.

Pode dizer-se que, desde então, começaram esses dois núcleos a reunir-se e a fundir-se lentamente, para constituírem, por fim, um único aglomerado urbano — a VILA DE GUIMARÃES. Contudo, foi ainda forçoso que D. Fernando, meio século mais tarde, em Carta de 1369, no intuito de acabar com as desavenças entre os moradores das duas vilas, determinasse que «os dessa Villa que chamam do castello



*D. Afonso Henriques, primeiro
Rei de Portugal*

(Estátua de Soares dos Reis)

como dessa outra Villa de Guimarães sejam todos huum poboo e huum conzelho» (42). E, em nova Carta do ano imediato, insiste o Rei em que os da Vila do Castelo e os da Vila de Guimarães deveriam constituir um só povo, «assy na justiça como

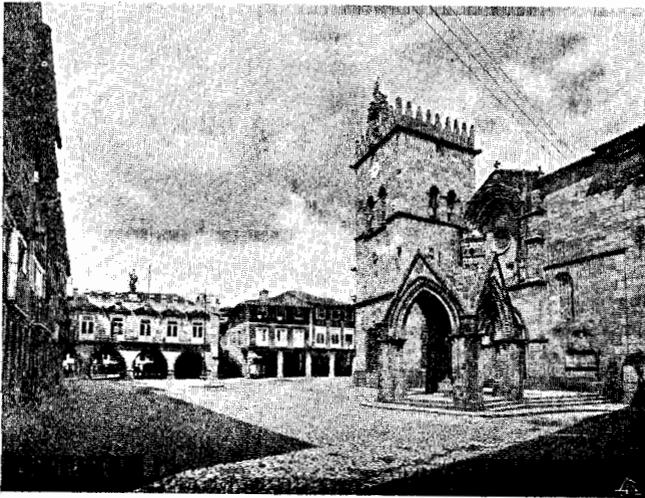
ao ciuel», porém cada uma das vilas teria seu juiz, os quais, reunidos, dariam audiência, uma vez por semana, sob o alpendre da Igreja de S. Miguel do Castelo, que já então se denominava de Santa Margarida. E que, entre os vereadores de Guimarães, deveria figurar também um representante da Vila do Castelo (43).

Decorrem os séculos, na sua galopada interminável, e a Vila vai crescendo, alargando sua área em ruas e casaria, invadindo os terrenos ainda livres, limitados pelos muros defensivos, até que um dia começam a erguer-se no exterior da cerca, as habitações que o espaço intra-muros já não comportava. Com a junção, lenta mas progressiva, do povoado alto, o do Castelo, ao inferior, o da Colegiada, desvanecem-se a pouco e pouco as dissensões e rivalidades que entre os dois núcleos distintos ainda existiam. A população aumenta, e, por meados do séc. xiii, a Vila acusava, segundo as Inquirições de Afonso III realizadas em 1258, um total de mais de 400 casas (44), com um número de habitantes que orçaria por dois milhares e meio. No reinado de D. João I já a população subira para o dobro, e nos começos do século xvi orçava já por 6.300 almas. Hoje, a população de Guimarães conta cerca de 18.000 habitantes (45). Em quatro séculos aumentamos para o triplo.

Várias indústrias manuais floresciam então na Vila, e já nesses tempos distantes algumas profissões possuíam aqui honrosa tradição, distinguindo-se a cutelaria, a fiação e tecelagem de linho, a curtimenta das peles e a ourivesaria. Esta tradição longínqua de prosperidade no trabalho industrial deu lugar, durante a primeira metade do século xvi, à organização das *Corporações dos Ofícios*, que eram instituições associativas de carácter civil, e também religioso, representativas das diversas artes ou mesteres, cuja regulamentação e fiscalização lhes competia (46). Paralelamente a estas indústrias locais, desenvolvia-se também a agricultura e prosperava o comércio dos mercadores do burgo.

Na ordem espiritual, a devoção pela Virgem Santa Maria da Oliveira e o prestígio da veneranda

Colegiada não diminuíam, antes se fortaleciam através dos séculos. Junto à Igreja do primitivo Mosteiro, foi erguido, no século XIV, o Padrão de Nossa Senhora da Vitória (47), que ainda ali vemos hoje, comemorativo da Batalha do Salado, em que o Rei de Portugal D. Afonso IV, prestando auxílio a Afonso XI de Castela, ajuda a vencer, numa última cruzada



Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, da antiga Colegiada, e o Padrão de D. Afonso IV

portuguesa da Reconquista, os exércitos muçulmanos invasores da Península.

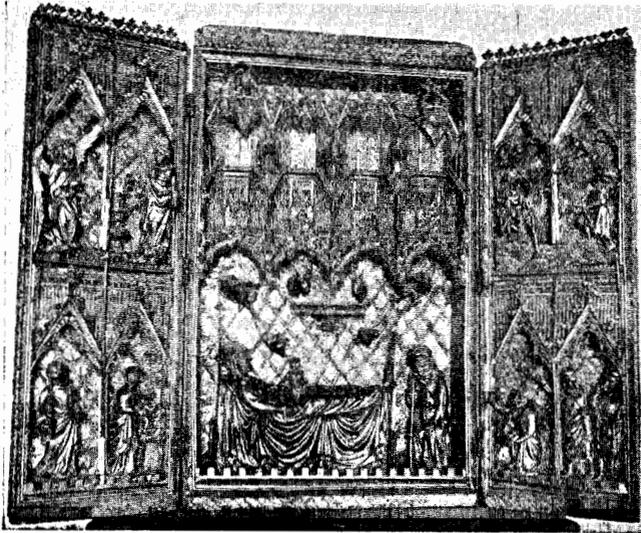
Na primeira das guerras que D. Fernando de Portugal houve de sustentar contra Henrique de Trastâmara, o soberano de Castela, transpando com suas tropas o Rio Minho, apoderou-se rapidamente de Braga, em Agosto de 1369, e, em princípio de Setembro, veio pôr cerco a Guimarães, que se defendeu bravamente, resistindo ao assédio, até que os castelhanos, impotentes para tomarem de assalto a praça,

se retiraram. Três anos volvidos sobre estes sucesos, deu-se no Termo de Guimarães um facto da mais alta transcendência política e diplomática: em 10 de Julho de 1372, estando então presente El-Rei D. Fernando em S. Salvador de Tagilde, freguesia do nosso Concelho, recebeu aí dois embaixadores do Duque de Lencastre, o escudeiro inglês Roger Hoor e o cavaleiro galego João Fernandes Andeiro, mais tarde feito Conde de Ourém, e com eles assinou, na Igreja dessa freguesia, o primeiro Tratado de Aliança com a Inglaterra. D. Fernando e o Duque obrigavam-se, por esse tratado, a um mútuo auxílio nas guerras contra Aragão e Castela. O acordo foi depois confirmado e jurado em Londres, pelo Duque de Lencastre, em 16 de Junho de 1373. É, sem dúvida, altamente lisongeiro para os vimaranenses, que o primeiro pergaminho, ainda existente em Londres nos Arquivos do Ducado de Lencastre, de uma Aliança quase seis vezes secular tenha sido firmado num lugar do nosso Concelho, nas proximidades do Rio Vizela e a pequena distância da cidade de Guimarães (48).

Em 1385, Dom João I, em cumprimento de voto à Virgem da Oliveira, por lhe haver concedido em Aljubarrota a milagrosa graça da vitória contra os castelhanos, salvando assim a independência de Portugal, veio de romagem à Vila de Guimarães, fazendo, dentro da povoação, o trajecto a pé, e descalço, conforme reza a tradição (49), desde o Cruzeiro de S. Lázaro até à Igreja da Colegiada, onde, no altar da Senhora, depôs o sua cota ou saio, que na batalha lhe cobrira a armadura gloriosa. E à Colegiada ofereceu também, como presente votivo, o maravilhoso tríptico de prata dourada e esmaltada, altar valioso e magnífico apreendido nos despojos da luta ao exército espanhol em derrota e debandada. Estas duas peças, do mais alto valor histórico, guardam-se actualmente no Museu Regional «Alberto Sampaio», de Arte religiosa. D. João I mandou ainda executar, com propósitos de grandiosidade que infelizmente não chegaram a seu termo, a reconstrução da antiga Igreja da Oliveira. É dessa época o traçado gótico que hoje a Igreja apresenta, pos-

teriormente acrescido com elementos manuelinos. As muralhas da Vila foram também mandadas reforçar neste reinado, com torres defensivas das portas de acesso ao interior da povoação ⁽⁵⁰⁾.

Por meados da época de Quatrocentos, D. Afonso, 9.º Conde de Barcelos e 1.º Duque de Bragança, ordena a construção em Guimarães, próximo do impo-



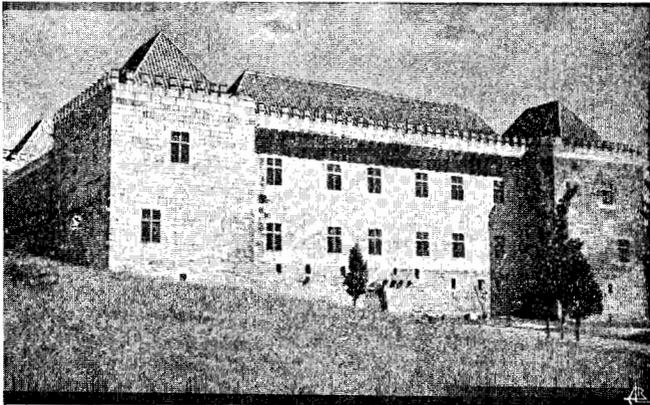
*Altar de prata, tomado aos castelhanos em Aljubarrota
(no Museu Regional de « Alberto Sampaio »)*

nente Castelo da Vila, de um sumptuoso Paço, magestosa vivenda senhorial, das mais belas do País, a qual foi habitada até 1480, e vem sendo ultimamente reconstituída pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ⁽⁵¹⁾.

Em pleno período da nossa epopeia marítima, tempos gloriosos da expansão de Portugal para Além-mar, das empresas arrojadas da navegação através dos oceanos imensos e desconhecidos, das jornadas da África e dos roteiros da Índia — também Guima-

rães contribuiu largamente com o sangue dos seus filhos para essas aventuras temerárias e formidáveis! Na conquista de Ceuta, por exemplo, combateram com denodo e valentia os de Guimarães, ao lado dos de Barcelos ⁽⁵²⁾.

El-Rei Dom Manuel concede à nossa terra um novo foral, com data de 20 de Novembro de 1517. Nos domínios do espírito, distingue-se neste século o insigne criador do teatro português, Gil Vicente, o genial dramaturgo e comediógrafo, «*trovador mes-*

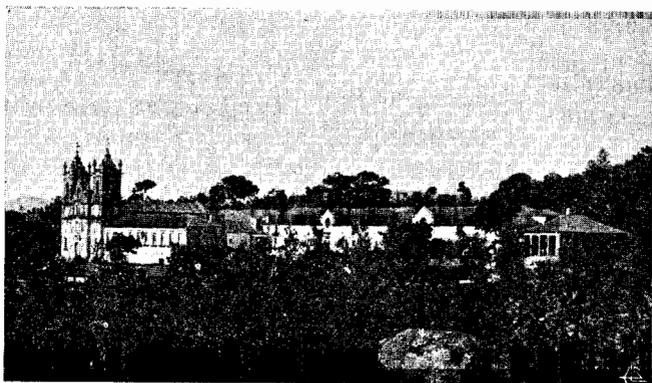


O Paço dos Duques de Guimarães, em reconstituição pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

tre da balança», o poeta dos «*aitos a El-Rei*», o artista cinzelador da maravilhosa custódia de Belém, o qual, segundo a versão mais aceite, era filho desta terra de Guimarães.

Verificamos assim que as remotas tradições de Cultura espiritual do burgo vimaranense não se extinguíam com o dobar do tempo, antes se firmavam, continuavam e floresciam. Junto de Guimarães existia, já desde os alvores da Monarquia, o vetusto Mosteiro da Costa, que inicialmente pertencera aos frades crúzios da regra de Santo Agostinho, e em 1528 passara para os monges hieronimitas, os quais

activamente cultivavam o estudo das Letras (53). D. João III instituiu então neste Convento uma pequena Universidade, destinada ao ensino das Humanidades e das Artes, e mandou ali educar o Infante D. Duarte, seu filho natural, bem como o Infante D. António, que foi depois o célebre Prior do Crato, filho ilegítimo do Infante D. Luis, irmão do Rei. Ao Reitor desse Colégio, que era o Prior do Mosteiro, foi concedida, por alvará de 1541, a faculdade de poder conferir aos escolares grau de



Mosteiro da Costa, cuja fundação é atribuída à Rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques

licenciados, bachareis e mestres em Artes, que ficavam a gozar de privilégios iguais aos de aqueles que se graduavam em Coimbra. Tradições respeitáveis ostentava pois este Colégio, do qual foi Reitor, antes de o ser da Universidade de Coimbra, Frei Diogo de Murça, Doutor pela Universidade de Lovaina. Mestres de nomeada, mandados contratar no estrangeiro pelo Rei, com destino a Coimbra, passaram anteriormente pelo Mosteiro da Costa. Foi há pouco tempo lamentavelmente destruída, num incêndio ali havido, a maior parte dos magníficos panos de azulejos historiados, do século XVIII, que ornamentavam as paredes do grande corredor das celas, sem que desses

azulejos, perdidos para sempre, nos ficasse ao menos qualquer reprodução fotográfica, descrição ou estudo.

Quando, ao aproximar-se o domínio filipino, a nossa soberania política entrou no crepúsculo e em breve se perderia a autonomia nacional, o povo de Guimarães manteve-se firme e fiel partidário do Prior do Crato, acompanhando-o entusiasticamente na sua efêmera aclamação real. E, mesmo depois de perdida a sua causa, durante os anos mais sombrios do jugo espanhol, nunca em Guimarães deixou de comemorar-se solenemente, junto do Padrão de Nossa Senhora da Oliveira, no dia 14 de Agosto, a data da vitória de Aljubarrota. Esta solenidade ainda hoje se realiza, promovida anualmente pela Câmara Municipal de Guimarães. Ficou célebre, na Literatura da época um sermão patriótico pronunciado em igual dia do ano de 1638, por um monge do Convento de S. Francisco, Frei Luis da Natividade, que, durante essa oração, fez, com o maior desassombro, as mais audaciosas e claras alusões à humilhação em que Portugal jazia sob o governo castelhano, incitando o povo a reagir ⁽⁵⁴⁾. E, no ano imediato, um Terço de tropas recrutadas em Guimarães, constituídas por cerca de 900 homens, comandados pelo Mestre de Campo Álvaro de Sousa, que marcharam por terra com destino a Cádiz, debandou quase na sua totalidade, ao chegar a Lisboa, recusando-se ostensivamente os soldados amotinados a continuarem servindo às ordens de Castela ⁽⁵⁵⁾.

Chega por fim o ano de 1640. A Vila de Guimarães, que tantas provações sofrera, principalmente nesses últimos anos do domínio filipino, com pesadíssimos impostos e constantes levadas de soldados para as guerras inglórias em que o Império espanhol se afundava, e que só contribuíam para a sua ruína e desmembramento, acolheu com jubiloso entusiasmo o dia da libertação, aclamando D. João IV ⁽⁵⁶⁾. Depois, nas porfiadas lutas da Restauração, também os soldados de Guimarães se distinguiram e bateram com bravura, fiéis ao Rei português ⁽⁵⁷⁾.

É interessante verificar-se que, através de tantas calamidades e vicissitudes de todos os tempos,

nunca as obras de beneficência e de auxílio social foram esquecidas ou proteladas na nossa terra. Ainda hoje o Município dispende uma avultada parte das suas receitas com a assistência pública. Remonta aos começos do século xvii o antigo edificio onde foi instalado o nosso Hospital da Misericórdia, junto à Igreja deste nome, no Largo actualmente designado de João Franco. Mas a tradição da assistência em Guimarães vem de muito mais longe, com a criação dos albergues, hospícios e gafarias, que já pelos fins do século xii, começos do immediato, aqui prestavam seus bons e caritativos serviços aos desprotegidos e doentes ⁽⁵⁸⁾. Num codicillo ao testamento de Afonso Henriques, datado de Fevereiro de 1179, diploma existente na Torre do Tombo e procedente do Arquivo do Cabido de Viseu, no qual o Rei dispôs de mais de 35.000 maravedis, que distribuiu por várias Ordens, Igrejas, Mosteiros, pelos pobres e ainda em certas obras militares, destinou também uma parcela dessa quantia ao «*hospitali nouo de uimaranes*» ⁽⁵⁹⁾.

Durante o século xviii a Vila progride acentuadamente, desenvolve de modo notável as suas actividades industriais, comerciais e agrícolas, e acumula riqueza, bem patente na construção de grande parte dos seus ricos palacetes, que nessa época se ergueram. E a vida do espírito continua a ser cultivada, pois em fins de 1724 funda-se uma «Academia Vimaranesa» ⁽⁶⁰⁾, que teve seu destaque entre as instituições congêneres da época.

Mas, dentro de breves anos, as convulsões militares e políticas, em que a Europa se vinha debatendo sob o Império napoleónico, haviam de contagiar também Portugal; e, nos começos do século xix, as invasões francesas vieram causar a esta nossa terra danos, saques, morticínios, depredações e roubos, semelhante ao que muitas outras localidades do nosso País sofreram ⁽⁶¹⁾. Com a expansão das novas correntes de ideias sociais e políticas da Europa, alastra seguidamente entre nós a lamentável guerra fratricida, entre «liberais» e «absolutistas», surgem motins sangrentos, tumultos populares, a revolta da «Maria da Fonte»! E também esse período de agitação

e de intranquillidade pública, de perseguições e ódios violentos, fez sentir na Vila de Guimarães seus perniciosos efeitos.

À tormenta sucede porém a bonança, e a segunda metade do século XIX foi para os vimaranenses um novo período de calma e de trabalho pacífico e produtivo.

Desde remotos tempos se haviam dignado, por muitas vezes, Príncipes e Reis visitar, ou fazer pouxada na Vila de Guimarães. Ora em 15 de Maio de 1852, concedeu-nos essa honra a Rainha Senhora Dona Maria II, a qual, acompanhada do Príncipe Consorte e do Infante D. Luis, Duque do Porto, aqui entrou pelas nove horas e meia da manhã, vinda da Cidade de Braga, em seu coche real. As curiosas notícias dessa época relatam do seguinte modo o acontecimento: Foi a Soberana esperada, no Terreiro do Toural, pelos vereadores, diversas entidades oficiais e grande reunião de povo. Chegando ali, subiu os degraus de um pavilhão engalanado, erguido junto à chamada «Porta da Vila», onde lhe foram entregues pelo Presidente da Câmara as chaves simbólicas da povoação, que um pajem segurava numa bandeja de prata. Era então presidente do Município um vimaranense illustre, João Pinheiro Machado, 1.º Visconde de Pindela⁽⁶²⁾, que nesse acto pronunciou breves e comovidas palavras de saudação, na sua qualidade de representante da «*muito nobre e antiga Vila de Guimarães*».

Foram depois as pessoas reais a pé, e sob um riquíssimo pálio, acompanhadas da sua comitiva, constituída pelo Marechal Saldanha, presidente do Governo, pelo Duque da Terceira, General Comandante da 1.ª Divisão, e por toda a fidalgaria da terra, Conde de Vila Pouca, Visconde da Azenha, Visconde de Pindela, Barão do Costeado, o Par do Reino Nicolau de Arrochela⁽⁶³⁾, etc., seguindo pela Porta da Vila e Rua dos Mercadores, antiga Rua Sapateira (que depois tomou o nome de Rua da Rainha, em homenagem à Soberana). Estava esta rua juncada de ervas aromáticas, e com uma passadeira de baeta vermelha ao centro, até à «insigne e real Colegiada»,

onde o Cabido, com todo o seu imponente cerimonial, esperava o luzido cortejo, realizando-se então um solene Te-Deum na Igreja da Oliveira.

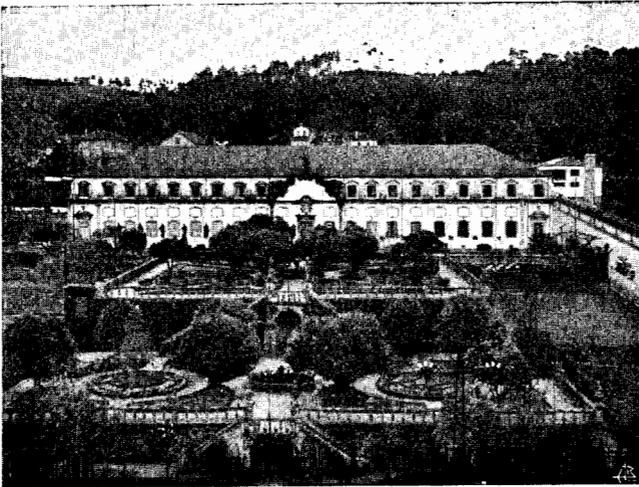


A Rainha Senhora Dona Maria II, que por Carta de 22 de Junho de 1853 concedeu a Guimarães a categoria de Cidade

Finda a cerimónia religiosa, foram os reais visitantes recebidos e hospedados no magnífico palacete da Arrochela (64), indo o Duque de Saldanha para a

Casa do Conde da Azenha, e o Duque da Terceira para a Casa de Vila Pouca.

No dia seguinte a Rainha concedeu *beija-mão* à Vereação, ao Cabido, ao Juiz de Direito, aos fidalgos da terra e a outras pessoas de categoria social. Houve danças populares, cânticos, hinos, música nas ruas, luminárias, foguetes, repicar festivo e alegre dos sinos das numerosas Igrejas da Cidade, enquanto as Majestades faziam suas visitas oficiais a Igrejas,



Palacete que pertenceu ao Conde de Arrochela, onde em 1852 esteve hospedada D. Maria II

hospitais, quartel militar, Castelo, etc. Assim rezam as descrições desse ano de 1852 ⁽⁶⁵⁾.

No ano imediato, precisamente já distante de nós um século, a Rainha Dona Maria II, conservando a mais grata recordação da sua visita a Guimarães, onde fora tão calorosamente recebida e aclamada, concede a esta «*mui antiga, nobre e leal Vila*» os foros de CIDADE, por Carta régia de 22 de Junho ⁽⁶⁶⁾. É essa data que os Vimaranenses de hoje novamente festejam! E a este acontecimento, para nós

tão memorável, quisemos ainda associar uma outra data muito mais distante e veneranda, que marca, em face dos documentos de que dispomos, o começo da nossa existência histórica — o Milenário da fundação do burgo de *Vimaranes* (67), que, na sua evolução secular, se transformou, a pouco e pouco, na Cidade progressiva e laboriosa de hoje.



O 1.º Visconde de Pindela, João Pinheiro Machado, Presidente da Câmara de Guimarães em 1853, quando a Vila foi elevada à categoria de Cidade

Mas Guimarães não se revê actualmente apenas em glórias passadas, nem se detém em atitudes contemplativas, e por isso não comemoramos simplesmente o Centenário de um beneplácito régio, nem um Milenário que se perde nas brumas do passado, mas sim, e principalmente, o trabalho e o progresso

incessantes da nossa terra, nestes últimos 100 anos decorridos, as suas realizações presentes, algumas delas em curso, e as suas aspirações do futuro.

Foi, de facto, nesta última centúria, que a CIDADE DE GUIMARÃES realizou, pelo esforço de seus filhos, todos os progressos de que actualmente se orgulha, foi neste período de um século que ela conseguiu as transformações que lhe consolidaram definitivamente o indiscutível direito de CIDADE.

Decairam, é certo, as indústrias manuais e caseiras, de tão belas tradições, mas progrediram, desde então, extraordinariamente as indústrias mecanizadas, destacando-se a da fiação e tecelagem do algodão, sendo hoje a nossa terra um dos primeiros centros fabris de Portugal. Em 1874, montou-se aqui a primeira indústria movida a vapor, uma oficina de serralharia mecânica, que funcionava na rua de Gil Vicente; em 1884, abre a nossa Escola Industrial, que tão decisivo papel tem desempenhado na instrução e na formação técnica da numerosa classe operária que povoa as fábricas da Cidade e Concelho; nesse mesmo ano, inaugura-se a ligação por Caminho de Ferro de Guimarães a Lousado, linha que seguidamente se prolongou até à Trofa e, em 1907, até Fafe, habilitando assim este importantíssimo centro de trabalho com as indispensáveis facilidades do tráfego de mercadorias, que o desenvolvimento da indústria local requeria; data de 1896 a criação do nosso Liceu, no mesmo edifício do Seminário eclesiástico, que desde 1891 já ali funcionava; em 1900, inaugura-se a chamada Avenida Nova, actualmente de D. Afonso Henriques, ligando a estação do Caminho de Ferro ao centro da Cidade; em 1901, mais um passo firme se verifica no progresso da terra, com a inauguração da sua rede de iluminação eléctrica, sendo hoje essa fonte de energia tornada extensiva à movimentação de todas, ou quase todas, as indústrias mecanizadas do Concelho; em 1903, outro importante melhoramento veio beneficiar Guimarães — o abastecimento de água à Cidade, de excelente qualidade, captada nos mananciais da encosta do Monte da Penha, estando presentemente a rede de canalizações a ser levada a todos os moradores, após

uma nova e abundante captação feita no Rio Ave, em 1950.

Igualmente dentro deste mesmo período de 100 anos, que na presente data se completa, alcançamos a maior parte dos melhoramentos urbanos, que tanto embelezam hoje a nossa terra — as amplas avenidas «Engenheiro Duarte Pacheco» e «Conde de Margaride»; o ajardinamento, em 1911, do antigo Largo de S. Francisco; o arranjo do Toural e do Campo da Feira; as novas artérias do bairro chamado das «Obras», onde actualmente se erguem imponentes blocos de moradias, de renda económica, para o povo; a moderna pavimentação de ruas e praças, realizada em 1940; etc.

Por outro lado, também no campo da actividade cultural Guimarães tem conseguido belas realizações: em 1882, funda-se a Sociedade Martins Sarmiento, cuja acção como «promotora da instrução popular no Concelho de Guimarães» se torna desnecessário encarecer; em 1928, o Museu Regional de «Alberto Sampaio»; em 1932, o Arquivo Municipal; criam-se numerosas escolas do ensino primário; restauram-se monumentos, como o nosso Castelo medieval, e junto dele o templosinho românico de S. Miguel, tão belo na sua rústica humildade e singeleza, e reconstitui-se, em suas linhas sóbrias e majestosas, o Paço dos Duques de Guimarães.

Como contraprova das nossas actividades e capacidade técnica, e ainda da nossa força e valor económico, representado nas elevadas e impressionantes verbas com que contribuimos anualmente para o Tesouro Público — já levamos a efeito, dentro do século que se comemora, quatro grandes exposições industriais e agrícolas, incluindo a realizada no corrente ano — certámenes de 1884, 1910, 1923, e agora o de 1953 ⁽⁶⁸⁾.

Em suma: tem sido, incontestavelmente dentro destes últimos 100 anos que Guimarães, após a sua classificação de CIDADE, recebeu o grande e progressivo impulso que lhe permitiu levar a cabo realizações cujos benefícios hoje disfrutamos.

Muito nos falta, sem dúvida alguma, conseguir ainda, como, por exemplo, no sector da higiene e

da saúde pública — instituições de assistência modernas e bem apetrechadas, novos bairros de casas para o povo, a rede de canalização de esgotos, um edifício em condições para o abate de reses de consumo, um campo de jogos desportivos, etc. No respeitante a edificios públicos: a conclusão dos Paços do Concelho, o Tribunal Judicial, felizmente em vias de construção, e a instalação conveniente das Repartições do Registo Civil, da Conservatória do Registo Predial, e das Finanças, cujos arquivos correm constante perigo de destruição, instalados em velhos prédios, à mercê de um incêndio casual. Finalmente, carecemos de dar execução, dentro das possibilidades camarárias, ao plano de urbanização da cidade, há bastante tempo elaborado e à espera de aprovação definitiva.

E a labuta não para, porque parar, nos dias de hoje, de tão vertiginosa actividade humana, seria morrer! GUMARÃES, terra de gloriosas tradições históricas, Solar e Cidade-Santa de Portugal, deseja e merece caminhar a par do progresso do nosso tempo. Pela satisfação desse desejo se tem esforçado esta colmeia laboriosa; e, defendendo tão nobres como justas aspirações, confiamos plenamente em que o Governo da Nação nos assegure condições de vida próspera, para que a todos os lares vimaranenses chegue o pão, a alegria no trabalho e a tranquillidade de espírito, pois «todos não somos de mais» para amar e defender a nossa PÁTRIA.

de clamentum ad fecit dona nra. de suas villas ad aliter no vna
 Vnecoz remu relluis hui' me coluue nambigur sed ranc.
 pleriq; nobilitum ac vulgatum dicitur morine esse. Ego
 muina dña didaci tenece fca tur mos esse soler adamos in
 uentans de dca uro mie. Ernegildo pte fundaluy r rarasia.
 matrimonio sim diueta idem dcmq; cum effem' conerit ur se la
 car nobilitas pnculum doci genuy liberos ex diuinaouc ambozum
 mib'. Gundrialb'. Didac'. Ranunur'. Sun'. Arnane. tenece. Jg' ipe
 i' ms dum pacto uice cur su timmo puenit addie ulamū ante beza
 migrationis sue rerypato sentu rercallaco spū diuocauit ad se di
 lectissimos rercudulos sibi. Plagium srem suū. Ranualdu' abbatē.
 d'ello tenece. raras rutenādit. uis ype p'fentib' imula alij affi
 canāb' p'are fca nō deuotionē uolūtas sue ordinarit m' oia omib'
 p'fentib'. ur omē q'nta pars hēditatis nre licetiam dila bēdū habem
 impaup'ib' r'egnis uiduis rorphanis ul' sōz ecclis. ut ū ego audi
 to deuotionis bone ad sentum p'au. rā iustio instanc' implere p
 curauy. obliys obolendo delicas r' mis dēctis ordendo parē. Care
 quidem potētiū simbolū nraz fca nō ur nos deuotionis parū
 p'cha fundū r' facultatū. It' dū ur se abiat ipi sibi m' uicium
 culmētiōis d'firmādos r' uolūtas. Er q' uicem r' p'p'one
 sine nec once. uilla r' uicupata uimarianes. Er q' uicem r' p'p'one
 uicam dēzēbar religionis. m' hāy cūficare impo m' m' dē p' d'olo
 cenobio sub manu albis frim. ul' sōz r' uicem r' p'p'one
 p'p' p'ri sōz parū p'fistētes. Idemq; dū amūne cūctis sibi r' uicem r' p'p'one
 d'maner. p'uo impediēte obliya p'uenit d' uicem r' p'p'one
 uita ē uicelaria d'climēta. Sicut ipa uitas ait. m' uita ē uicem r' p'p'one
 ū elecē. Relicōq; monastio r' uicem r' p'p'one x' uicem r' p'p'one
 uali d'clidēro. Quippe dū hūc casus d' uicem r' p'p'one ur amonastio r' uicem r' p'p'one
 uicem r' p'p'one ualūtas legatos ur me m' uita d' uicem r' p'p'one ac r' uicem r' p'p'one

Primeira página do testamento da Condessa Mumadona Dias ao Mosteiro de Guimarães, no ano de 959.

(Do Cartulário chamado «Livro de Mumadona» que pertenceu ao Arquivo da Colegiada de Guimarães e se encontra actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

uoram salutis receptu mee meritis genite. of

quam ego demane hinc sem mats mee of firmo.

Guañ uideñ. of

Similr regoñ nec. of

Itun aloia. of

Wendū s meñdi. of

zetus aloia. of

Yeremudo umags. of

fredenād filon. of

flun' flon. of

alaciontus qd'elind. of

fiomane of p'atam. of

fiola onena. of

Sabane onena. of

flun' des filon. of

būene' lonz deis.

ternādus guertne.

Rudelinus die.

ymarum p'.

Lucidus godeter fil. adis.

Item de eadem testamēto. rde castello. sō mamere

Post annulo ū tempis qd' hinc serus testamēto d'p'etui ml'oy
ē ofirmamū p'curio genitū irruy r'ahū' n're religionis
iūb' urtū' r'ah' illoz' meñ. laboramū' castellū' qd' uocāt' scim ma
mes in locū' p'dcā' alpe l'icō. qd' ē' iuy huj' monastio oftrucei. q'
de f'it'aculo huj' sō' enobio. d'cedim' eū' sū' r'horū' r'upō' monastio
p'ntē'cū'. ita ut si acno talis fūit q' filij mī' ofundit' huj' r'omice.
in hoc castellū' m'cedere uolūne. n' habeant licentia eū' maha
p'ce ext'neandi nū' n'c p'p'arte monastij p'manēdi. amica' filij mī'

Subr' nūc Rudelinus epe. of

Subiyo saluatoz. r'ah' p'ot' h' n'ēn.

Subiudē p'ris clemia uiluit' p'it' r'udēn.

Subamniculo creatoz.

Dudac epe sup' sandeans. of

Subdo auctio. ē' megalis epe of

Subr' sac' cordia. itau' fus.

ulao sedis sap'ēs epe. ofimo

Ordonius alba rubic.

ulio' cellenouēn' p'p'otie. of

Quinilla ciuylgi of

Aloncus rufus. of

Baranus of illus

hanc' mū'. of

Humane d'nis p'at' p'ugi.

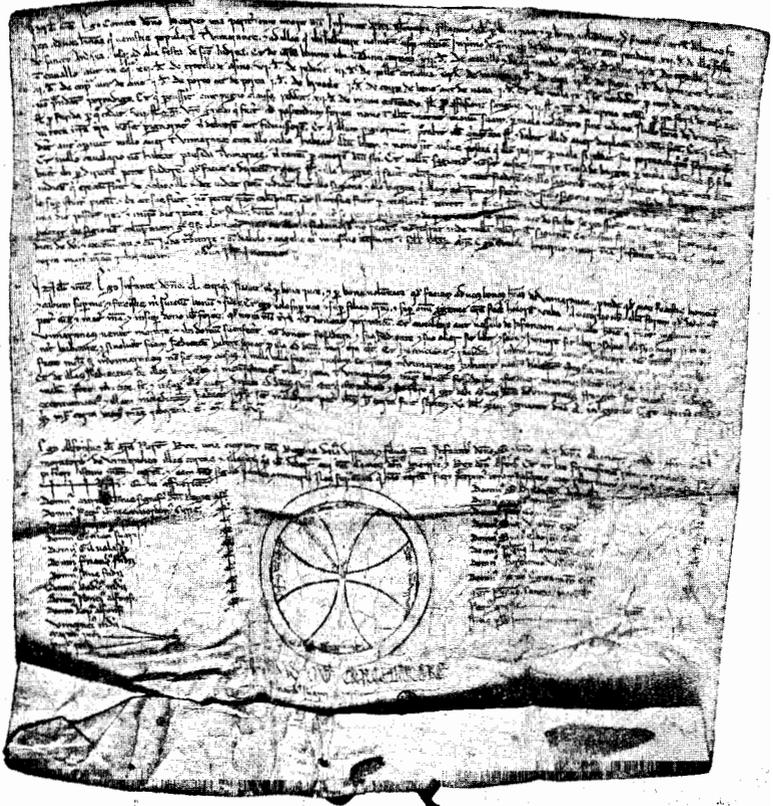
adelinus sē' minus.

fredenādus p'p'otus.

Adac' p'bi. Ordonojo p'ncianj.



Última página do testamento de Mumadona, seguida de um codicilo em que se alude à construção do Castelo de Guimarães.



Foral concedido a Guimarães pelo Conde D. Henrique, e confirmações do mesmo por D. Afonso Henriques e por D. Afonso II.

(Pergaminho do Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

pome paritit 7 huius se hi. ad. Un regit de me no era curiug; unu ingenerantit crualo doctura. de pveni possellianu pira et pde
 ludant. ego abentit perugentit r'er amittit reuret 7 regne d'antile fili. magm q' regit n'roni nepot. co'fideant oban n'm 7 d'ie a'ltre
 ti nichan que recerbat. un' h'ng. E'hm q' g'esse paup'is 7 n'. d'ortu face cura' r'f'ab'it 7 H'm'm'ad'm' ab' conu'it' f'g' et'at' de
 ill' un'et' q' habent. un' u'ide'oe' f'ula m'at'ia. 7 ab'at' in' a'f'm'assa 7 ali' m'ent'f'. Ad hoc era' d'ic'io ub' ut' f'ac'iat' q'ua'z
 conu'it' f'uro a'z' u'ide' de m'et'at' 7 n'at'f' au' f'ormat' de f'ra' d'ig' me' era' an' u'of'. S'ax'm'a d' d'ed'u'd'et' q'm' m'it'et' col'm'p'oe'
 ub' d'eb'ent' q'a' d'ioy' e'at' et' l'ong'o' e'p're' ub' e'c'c'le'c'c'io 7 ut' ut' f'omo' i' g'rad'at' n'at' f' u'is' p'at'et' e'c'c'le'c'c'io' h'om'ine 7 ut' a'uen'it' f'ru'
 r'etur' ad' c'au'ro. C'au'ro 7 ut' un'm' p'f'ac'at'ia' n'at' f' m'at' 7 i' f'um'ine m'et'at'eo. ut' null' p'ertone' e'ra' d'at'f' n'eg' reg' n'eg' f'iet'.
 n'eg' m'at'et'. n'eg' a'lc'ant' h'om'ini' f'ed' f'ac'iat'f' o'ca' q'p' ub' m'at' p'ossit' 7 n'at' u'ne' ut' f' d'it'et' m'i' e'op'ois' 7 d'ie' n'eg' q' p'et'ent' u' h'it'et' ad' d'm'
 n'at'et'. ut' a'ld'g' r'et'ig'ent' 7 f'ill'et'ant'at' m'at' h'ab'it' p'ossit' 7 n'at' u'ne' ut' f' d'it'et' m'i' e'op'ois' 7 d'ie' n'eg' q' p'et'ent' u' h'it'et' ad' d'm'
 f'of' f'und'ent'. 7 n'eg' q' d' s'et'ra' h'ic' r'el'at'it' 7 f'ir'm'it'at'io' n'at' e'at' de' n'is' f' p'nd'it' ut' de' e'et'ant'at' u'ent' 7 q' d' f'it' n'eg' f'au' l'it'iq' u'ime'
 re' e'q'uid'it'. i' d'up'lit' ub' e'p'p'at'. f'it'p' q'ing'ent' f'ol'd'at' h'one' m'at'et' 7 d'io' t're' a'li'ud' p'at'ia. f'act'a' f'ir'm'it'at'io' n'at' e'at'ra. m'ent'is'
 e'at'rio. c'ra. d'v. E. i'v. vii. Ego abentit perugentit r'er q' h'ic' e'at'ra' f'ac'it' u'is'f'. p'p'ra' n'at'ia' r'ol'p'ea. 7 h'ec' f'ig'uram' f'i.

Ego h'ic'it' a'ct'i' e'p'i' h'inc'are
 Ego h'ern'and'it' col'm'p'oe'
 Ego p'et'it' f'et'ig'ent'it' e'p'
 Mag'it' p'et'it' a'f'f'ide' n'

Qui p'et'ent' f'ac'iant' 7
 Ego n'at'io'z' c'ur'it' d'ip'it'
 f'ern'and' p'et'it'
 G'und'al'd'it' r'ed'it'g'ent'
 a'et'ern'at' m'om'it'
 G'art'ia' m'ag'nd'it' a'f'f'ent'
 l'au're'nt' u'ent'g'at'
 G'und'al'd'it'it' d'el'm'ia



Fel'ag'us' g'ent'it'
 G'und'al'd'it'it' d'el'm'ia
 R'and'it'it'
 f'ern'and' g'ent'it'
 G'art'ia' m'ag'nd'it' a'f'f'ent'
 l'au're'nt' u'ent'g'at'
 G'und'al'd'it'it' d'el'm'ia

Documento de Marco de 1139, em que D. Afonso Henriques concede varias regalias ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e no qual pela primeira vez figura com o titulo de Rei.
 (Pergaminho do Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

NOTAS

(1) O Decreto que elevou a Vila de Guimarães à categoria de «Cidade» tem a data de 19-2-1853. A Câmara de Guimarães só tomou conhecimento dele em 21 de Março, e, em sessão de 30, deliberou convidar a população a iluminar festivamente os prédios na noite de 3 de Abril, tendo sido protegida para essa noite a manifestação de regosijo público pelo motivo de se interpor, na altura, a Semana Santa (Vide Padre António Caldas, *Guimarães*, vol. I, 1881, p. 62-63).

(2) Carecem absolutamente de consistência as hipóteses dos antigos monógrafos vimaranenses, que nos dizem ter existido no local onde hoje se encontra Guimarães, a *Araduca* mencionada em Ptolomeu (*Geografia*, ed. crítica de Carl Müller, Paris, 1883, p. 163). Tão pouco podemos identificar com Guimarães *Caladunum*, mansão do Itinerário de Antonino (Ed. de Amsterdam, 1735, p. 422), como pretendia Leite de Castro (Vide artigo «Caladuno», in *Revista de Guimarães*, vol. 26, 1909, p. 89 e ss.).

(3) S. Martinho de Dume, *De correctione rusticorum*, 8, 209-220.

(4) Joseph M. Piel, «Os nomes germânicos na toponímia portuguesa», in *Boletim de Filologia*, Lisboa, tomo IV, 1936, p. 52. A notícia da existência da inscrição *Via maris* numa das ombreiras da porta da torre de menagem do Castelo de Guimarães, de onde teria derivado o nome *Vimaranis*, não passa de uma ingénua lenda (Vide Padre Caldas, *ob. cit.*, vol. II, p. 246).

(5) Por exemplo, num documento do ano 1043, do Cartulário intitulado *Livro de Mumadona*, que pertenceu ao Arquivo da Colegiada de Guimarães e se encontra hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, assina um confirmante *Vimara* prepositus (Vide *Vimaranis Monumenta Histórica*, p. 76). No *Liber Fidel* da Sé de Braga (Arquivo Distrital de Braga) no doc. n.º 156, do ano 1100, assina também um confirmante *Vimara*, e no doc. n.º 222 um *Vimara* archidiaconus. A forma latinizada *Vimaranus* também aparece (A. Sampaio, «As Villas do Norte de Portugal», in *Estudos Hist. e Económicos*, vol. I, p. 60, nota 1, e p. 62).

(6) O *Chronicon* diz que no ano 868 «*prenditus est portugale ad uimarani petri*», e que, no ano 871, «*uenit rex adefonsus in uama et in VI.º die uimara mortuus est*» (Vide *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, Lisboa, 1856, p. 20).

(7) Os chamados *Norsemen* ou *Northmen*, homens do Norte, eram povos escandinavos, especialmente noruegueses e dinamarqueses. Uma parte destes povos bárbaros estabeleceu-se no norte da França, fundando aí a Normandia. A pobreza do seu território obrigou-os à expansão para o ocidente e sul e à vida de pirataria, praticando incursões constantes nas costas da Inglaterra, da França e norte da Alemanha. Penetravam assim profundamente nesses territórios, praticando a pilhagem e as maiores violências. Dos seus estabelecimentos no sul da França partiram mais tarde a saquear as costas da Península Ibérica, aparecendo pela primeira vez no Noroeste por meados do século IX, continuando essas expedições marítimas até o princípio do século XI. Assolavam as povoações da beira-mar e internavam-se depois no país, praticando estragos e crueldades de toda a sorte. Eram o terror das populações. Deste modo infestaram as costas da Galiza e do Norte de Portugal. Ficou na tradição (Vide *Chronicon de Sampiro*) como um dos mais terríveis desses actos de pirataria, o praticado em 968, no tempo de Ramiro III. Comandados pelo wiking Gunderedo, chegaram numa centena de navios e penetraram no interior até às proximidades de Guimarães (Vide Gama Barros, *Hist. da Administração Públ. em Portugal nos séc. XII a XV*, 2.ª ed., tomo IV, p. 21).

(8) Torquato de Sousa Soares, «Vimara Peres restaurador da cidade de Portugale e fundador da Terra portugaleNSE», in *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, vol. XV, 1952, p. 13.

(9) O local onde existia Vimaranes, nos meados do século X, está bem definido na referência feita ao Mosteiro de Santa Maria, num documento de Ramiro II, passado a favor desse Mosteiro: «...in cenobio nuncupato Vimaranes que est fundata *ad radice montis latito inter duas amnes aue et quizeilla urbium bracarensls*». Este diploma tem a data errada, de 957, pois Ramiro faleceu em 950, e portanto a Carta não pode ser posterior a esta última data (V. M. H., doc. VIII, p. 6).

(10) *Port. Mon. Hist., Diplomata et Chartae*, doc. n.º 5, p. 12-16, ou *Vim. Mon. Hist.* p. 1.

(11) *Liber Fidei* (Arq. Distr. de Braga), fl. 9-10, doc. n.º 16. Entre os confirmantes deste documento figura um *Vimarini comitis*.

(12) O nome *Mumadona* derivou do nome *Muma*, ao qual se acrescentou o título de *domina*, que perdeu o significado inicial e passou a fazer parte integrante do respectivo antro-

pónimo (J. M. Piel, *Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponímia asturo-galega-portuguesa*, Coimbra, 1948, p. 160). Isto confirma-se no facto de em alguns documentos da época, onde figura o nome desta dama galega, aparecer a expressão «domna Mumadonna» (*V. M. H.*, doc. XXII, ano 1009, p. 24), sendo certo que também aparece «domna Muma» (*Idem, ibidem*, p. 7).

(13) Ignora-se a data em que Hermenegildo morreu. Numa Carta de doação da «*villa nominata Crexemir*» (hoje a freguesia de Creixomil, suburbana de Guimarães), passada por Ramiro II, em 926, ainda figura o seu nome juntamente com o de sua Mulher Mumadona. Parece que a última vez em que o nome de Hermenegildo se encontra é numa outra doação daquele Rei, em 933, ao Mosteiro de Lervão. De 950 é um diploma da repartição de bens entre Mumadona, já viuva, e os filhos. A morte do Conde Hermenegildo ocorreu portanto, ao que se deduz, entre 933 e 950.

(14) Parece que o mais antigo documento que alude a este Mosteiro é uma Carta de doação da «*Villa Mellares*», que ficava junto do Rio Douro, a qual diz: «*villa nostra propria mellares que est iuxta amne durio cum suos villares per terminibus antiquis utrarumque ripa durio. Concedo uobis illa ad tuicionem ipsorum fratrum et sororum que sub regimine uestro deo militant in ipsius loco vimaranes*» (*V. M. H.*, p. 4). Esta doação foi passada por Ramiro II a sua tia Mumadona, entre os anos de 931-950, duração do seu reinado, mas talvez anteriormente a 945, visto o documento estar confirmado pela rainha D. Urraca, sua primeira mulher, e pelo infante D. Ordoño, seu sucessor no trono.

(15) O doc. da repartição de bens é do ano 950 e diz: «... Euenit in parte Onecha deuota Vimaranes cum suis abiacentis Lalim, etc.,...» (*V. M. H.*, doc. VI, p. 5, 2.^a col.). Em doc. posterior, no Testamento de Mumadona, encontra-se ainda: «... Et uenit in portione filie mee onece villa nuncupata vimaranes...». E mais adiante: «... iam dicta villa uimaranes que commutavi cum filia mea Onece...» (*V. M. H.*, doc. IX, p. 7 e 8).

(16) Vide Testamento de Mumadona, no Cartulário chamado *Livro de Mumadona* (Torre do Tombo), e transcrito nos *P. M. H., Diplomata et Chartae*, doc. n.º 76, e nos *V. M. H.*, doc. n.º IX, do ano 959, p. 7, ss. No Arquivo da Univ. de Coimbra existe um pergaminho que pertenceu à Colegiada de Guimarães, com a cópia do testamento de Mumadona. A referência à biblioteca de Mumadona encontra-se a p. 9, 2.^a col., dos *V. M. H.* Sobre esta biblioteca é indispensável ler-se o artigo de Júlio Dantas, «Os livros em Portugal na Idade Média — I. A livraria de Mumadona», in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, série II, 1921, vol. II, p. 2-7.

O Arquivo da Colegiada de Guimarães foi um dos mais antigos e ricos do País, em documentos anteriores à Monar-

quia e dos começos da 1.ª Dinastia. Por duas vezes este Arquivo foi desfalcado dos seus mais valiosos pergaminhos, que constituem elementos preciosos para a História vimaranense. Da primeira vez, foi levada para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo a quase totalidade dos documentos anteriores ao século xvi, por força do Decreto de 2 de Outubro de 1862. Anos antes, em 1854, Alexandre Herculano havia visitado o nosso Arquivo, tirando uma relação de todos os pergaminhos que ali existiam, anteriores ao século xiv. Mais tarde, a Academia Real das Ciências, editora dos *Portugallae Monumenta Historica*, coligidos por Herculano, conseguiu do Governo uma Portaria (de 11-9-1857), mandando entregar provisoriamente ao Arquivo da Torre do Tombo todos os documentos dos Arquivos das Mitras, Cabidos, Colegiadas e Conventos, a fim de ali serem tiradas cópias. A Colegiada de Guimarães foi ordenado que entregasse os documentos constantes da relação que Herculano elaborara, vindo então, de propósito, a Guimarães Augusto Soromenho, em Janeiro de 58, receber esses documentos. O Cabido recusou-se formalmente à entrega, e resistiu a todas as pressões e ordens até 1862, receando, e com justa razão, que o empréstimo se convertesse em entrega definitiva. Infelizmente assim sucedeu, pelo citado Decreto de 2 de Outubro desse ano. Apesar de todos os protestos dos Cônegos, os melhores documentos, desde os datados do século x até ao xvi, foram levados para a Torre do Tombo, num total de 4.203, incluindo o célebre *Cartulário de Muma-dona*, contendo as cópias, em letra atribuída ao século xiii, de 68 preciosos documentos todos referentes ao século xi! A esta entrega violenta escaparam, porém, ainda 412 documentos, que foram naturalmente escondidos à pressa e sonogados, encontrando-se assim em lugares escusos, que Soromenho não conseguiu lobrigar. Deles deu mais tarde conhecimento o insigne Abade de Tagilde, publicando uma relação n-*O Archeologo Portugues* (vols. IX a XIII). Fazem hoje parte do nosso desfalcado Arquivo Municipal, para onde transitaram em 1932 estes magros despojos do riquíssimo Arquivo da Colegiada.

Vamos ao segundo desfalque. Recentemente, um novo maço de documentos da nossa extinta Colegiada, que tinham também escapado à recolha de Soromenho, por se encontrarem na cidade de Braga, propositada ou ocasionalmente deslocados do Arquivo, na mão não sabemos de quem, foi oferecido naquela cidade para venda, por pessoas que exigiam o mais rigoroso segredo, e ameaçavam de exportar esses documentos para o estrangeiro, se em Portugal lhos não quizessem comprar! Parece que, nestas circunstâncias, a resolução a tomar seria apreender imediatamente esses documentos valiosíssimos, que há muitos anos tinham sido desviados do seu legítimo lugar no Arquivo da Colegiada de Guimarães, e que portanto os actuais detentores não tinham o direito de exhibir como propriedade sua. Não se fez assim por motivos que não nos compete discutir, e os documentos foram adquiridos pelo Estado, mediante a oportuna e louvável intervenção de

pessoas que sabiam dar o justo valor à preciosa colecção. Mas, infelizmente, em vez de os pergaminhos serem restituídos a Guimarães, como seria razoável, e portanto integrados no nosso Arquivo Municipal, que estava perfeitamente organizado e em condições de os receber e guardar, foram mandados recolher ao Arquivo da Universidade de Coimbra. O falecido Director do nosso Arquivo Municipal, Alfredo Pimenta, ainda pugnou pela restituição desses documentos a Guimarães, mas nada conseguiu.

Apesar de muitos dos documentos da Colegiada terem sido publicados nos *P. M. H.*, nos *V. M. H.* e noutras obras, impunha-se hoje uma edição crítica de toda a colecção desses antiquíssimos testemunhos do nosso passado, tão importantes não só para a História vimaranense, mas para a própria História de Portugal. Não há, porém, infelizmente, nos dias de hoje, depois de falecidos Alberto Sampaio e o Abade de Tagilde, um estudioso de Guimarães, que possa abalançar-se, com o carinho de vimaranense, a trabalho de tamanha responsabilidade, erudição e cultura especializada. A nossa actual Câmara Municipal ainda pensou em subsidiar a publicação, em fac-simile, do célebre *Livro de Mumadona*, que entregou a um medievalista competente, mas não conseguiu ainda pôr em marcha o seu louvável intento.

(17) Vide Carolina Michaëlis, ed. crítica do *Cançoneiro da Ajuda*, II, p. 765, cit. a p. 214, 1.^a col., nota 1 dos *V. M. H.*; veja-se também *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, sob a direcção de Albino Forjaz de Sampaio, vol. I, p. 64-65.

(18) Segundo um epítome publicado por Sandoval, historiador espanhol do século XVII, por Frei Bernardo de Brito e por outros escritores, Braga, como outras cidades do norte, teriam sido destruídas em 716, por Abdelaziz. Medievalistas actuais, entre eles os Professores Sousa Soares e Pierre David, põem dúbidas à veracidade desse documento.

(19) A expedição de Almançor à Galiza foi em 997. Partiu de Córdova em 3 de Julho, e enquanto uma parte das suas forças fazia a viagem por mar, outra parte entrou em território português, passando em Viseu e seguindo até o Porto. Almançor atravessou depois o Douro, com todo o seu exército já reunido, seguindo através da região do Entre Douro e Minho, e, transposto o Rio Minho, internou-se na Galiza, alcançando Compostela, que saqueou e destruiu, incluindo a própria Catedral do Apóstolo (Herculano, *Hist. de Portugal*, 8.^a ed., tomo I, p. 216).

(20) Sobre as invasões dos Normandos vide nota 7. Parece que, justamente por essa época em que se presume ter sido construído o Castelo de S. Mamede, uma irrupção destes povos chegou até às proximidades de Guimarães. A *Chronica Gothorun* alude ainda a uma entrada de Normandos (*Lormanés*) até ao Castelo de Vermuim, já nos começos do século XI, no ano 1016 (*P. M. H.*, *Scriptores*, vol. I, p. 9).

Num codicilo ao Testamento de Mumadona (nota 16), descre-se a fundação do Castelo de Guimarães, por estas

palavras: «Item de eadem testamêto et de castello sancto mamete — Post non multo uero temporis quod hunc series testamenti in conspectu multorum est confirmatum persecutio gentilium irruit in huius nostre religiones suburbium et ante illorum metum laborauimus castellum quod uocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus cum fratribus et sororibus in ipso monasterio persistentibus» (*V. M. H.*, doc. XIV, do ano 968, p. 14-15).

(21) O saudoso investigador Manuel Monteiro era da opinião de que, no tempo do Conde D. Henrique, ainda nenhum agrupamento de população existiria junto do Castelo, baseando-se no facto de que, se tal agregado existisse, não deixaria o governante do Condado português de contemplar esse povoado com regalias semelhantes às que concedera por um foral à *Villa Vimaranes* (M. Monteiro, «O Românico Português. Sobrevivências vimaranenses», in *Revista de Guimarães*, vol. 58, p. 194).

(22) O foral concedido à *Villa Vimaranes* pelo Conde D. Henrique e sua Mulher Dona Teresa, que diz «... Placuit nobis per bona pace et per bona uoluntate quod faciamus cartam de bonos foros ad uos homines qui uenistis populare in Vimaranes et ad illos qui habitare uoluerint usque in finem...», encontra-se transcrito nos *P. M. H.*, *Leges et Consuetudines*, p. 350, e nos *V. M. H.*, doc. LVII, do ano 1096, p. 61.

(23) A data da morte do Conde D. Henrique é incerta, dada nuns documentos em 1112, noutros em 1114 (Vide Carl Erdmann, *Das Papsttum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte*, Berlim, 1928, na versão portuguesa do Prof. J. da Providência Costa, Coimbra, 1935, p. 26, nota 3). A autoridade de Herculano fixa-a em 1114 (*Hist. de Port.* 8.^a ed., tomo II, nota VII, p. 243).

(24) Os túmulos do Conde D. Henrique e de sua Mulher D. Teresa, que actualmente se veem, na Sé de Braga, não são os primitivos. Foram mandados executar em pedra de Ançã pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, que para ali transferiu as ossadas em 1513, por consentimento de El-Rei D. Manuel. Ficaram, primeiramente, no mesmo túmulo as ossadas do Conde e as de sua Mulher. Mais tarde, em 1598, no tempo do Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, foram as ossadas separadas nos dois túmulos (Vide Mons. J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo II, 1931, p. 383).

(25) Manuel Monteiro, *Ob. cit.*, in *Rev. de Guimarães*, vol. 58, p. 185.

(26) A localização do palácio condal henriquino, contrariamente à opinião de Alberto Sampaio (*Ob. cit.* na nota 5) que o situava no mesmo ponto onde muito mais tarde o 1.^o Duque de Bragança edificou o seu Paço, e contrariamente

ainda ao parecer do Prof. Luís de Pina (*O Castelo de Guimarães*, 1933, p. 82), que o colocava no próprio Castelo — ressaltava claramente, como apontou o insigne Manuel Monteiro (*Ob. cit.* p. 185-186), dos termos da doação feita pelo Conde aos seus compatriotas francos, os irmãos Tibaldos, de um terreno na *Villa Vimaranes*, que ficava junto do palácio e intestava com os muros e o adro da Igreja de Santa Maria: «... campo quem habemus in uilla d'Vimaranis et iacet iusta palacium nostrum regale et ex alia parte diuidit cum clausis ecclesie sancte Marie deinde sicut intestat cum atrio eiusdem ecclesie et uadit directe ad ruam d'francis et terminatur in eadem rua...» (*V. M. H.* doc. LVIII, p. 62). Este «campo» doado aos francos era a actual Praça de S. Tiago, contigua ao Largo da Oliveira, para eles poderem ali construir a sua capela («... et etiam construatis in eo capellam uestram in qua audiatis diuina et in morte uestra corpora uestra tumulentur...»). Dos restos desse primitivo templo nada chegou aos tempos modernos. Em 1886 foi demolida uma capela ali existente, da invocação de S. Tiago, que a tradição dizia ter sido edificada em tempos remotos, sobre as ruínas de um templo pagão consagrado a Ceres. Seria talvez a sucessora, completamente desfigurada através dos séculos, da velha capela dos francos.

(27) Na segunda metade do século XII já se encontrava constituída a Colegiada de Guimarães. A transformação do antigo convento em colegiada teve lugar, segundo uns, no tempo de S. Geraldo, Arcebispo de Braga (1096-1108), segundo outros, já no tempo de Afonso Henriques. Num apógrafo do século XV, do antigo Arquivo da Colegiada (pergamimho n.º 21, e *Livro dos Padroados*, fl. 267 v), encontram-se os seus Estatutos, que lhe foram concedidos no reinado de Sancho II, na primeira metade do século XIII (1228 ou começos de 1229) pelo legado Apostólico em Espanha, Cardeal João de Abbeville. Desse documento consta que a Colegiada teria 35 cônegos e 10 porcionários («triginta quinque canonicorum decem portionariorum»). Vide *V. M. H.*, doc. 217, p. 200). A Colegiada defendeu sempre as suas prerrogativas especiais contra as intromissões da Sé bracarense, tendo havido por vezes graves conflitos entre os priores desta Igreja e os arcebispos de Braga. Em 1216 foi estabelecida uma concordata, confirmada em 1217 pelo Papa Honório III, que sanou em parte estas desinteligências (*V. M. H.* doc. 179, p. 128, extraído do *Livro dos Padroados* da Colegiada, fl. 265 v. O original encontra-se no Arquivo Distrital de Braga). É incerta a lista dos Dom Priores que a Colegiada teve até a sua extinção. Entre eles houve homens notabilíssimos, bispos, fidalgos de nobre linhagem, eruditos, como o insigne Pedro Julião, ou Pedro Hispano, médico, filósofo, e teólogo eminente, mais tarde eleito Papa, com o nome de João XXI (Vide Luís de Pina, *Pedro Julião ou Pedro Hispano*, Lisboa, 1932); o grande jurista João das Regras; D. Jorge da Costa, o célebre Cardeal de Alpedrinha, e tantos outros. Corre na tradição que o primeiro foi Dom Pedro Amaral (*Petrus*

Amarellus), também físico de D. Afonso Henriques. João de Meira assinala-lhe o 5.º lugar e não o primeiro, num artigo que publicou nos *Arquivos de História de Medicina* (Porto, 1911, vol. II). O último Prior foi D. Manuel de Albuquerque, que faleceu em 1912. (Sobre a lista dos Dom Piores veja-se o Padre A. Caldas, *Guimarães*, vol. II, p. 27 e ss., e o Abade de Tagilde, «Os D. Piores da Colegiada», in *Revista de Guimarães*, vol. XIII, p. 49 e vol. XV, p. 107).

(28) A Colegiada de Guimarães foi extinta, como todas as outras, por Decreto de 1-12-1869, mas novamente organizada e mantida, pela Lei de 14-9-1890. Finalmente, levou o golpe de morte no advento do regimen republicano, após a publicação da Lei de Separação da Igreja do Estado.

(29) Da *Chronica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, existem várias cópias, sendo um dos exemplares mais formosos o volume em pergaminho iluminado, pertencente à Biblioteca Municipal do Porto.

(30) Ensinou Manuel Monteiro (*Ob. cit.*, p. 195 e ss.) que a primeira referência documental à Igreja de S. Miguel do Castelo é de 1216. Nas Inquirições de 1220 ainda esta capela não tinha categoria paroquial, e só em 1239 se efectuou a sua sagração solene. Nas Inquirições de 1258 já se dá S. Miguel do Castelo como freguesia, com sua Igreja sufragânea da de Santa Maria, na *Villa Vimaranes*. Por estas provas documentais e ainda pelas características architectónicas desta capela, pronunciou-se o saudoso investigador braçarense pela sua construção à volta do final do século XII, começos do XIII.

(31) É também tradição corrente que Afonso Henriques fora baptisado por S. Geraldo, Arcebispo de Braga, o que não é sustentável, pois se Afonso Henriques nasceu, ao que parece, em 1111, não poderia ter sido baptisado por este Arcebispo, já falecido em Dezembro de 1108 (C. Erdmann, *Ob. cit.* na nota 23; João de Meira, *Guimarães*, conferência inédita, in *Rev. de Guimarães*, vol. 31, p. 151). A *Chronica Gothorum*, o *Chronicon Combricense* e o *Alcobacense* (Vide P. M. H., *Scriptores*, vol. I, p. 2, 11 e 21) dão o nascimento de Afonso Henriques em anos diversos — 1109, 1111 e 1113. Herculano, com razões aceitáveis, pronuncia-se pela data de 1111 (*Hist. de Portugal*, 8.ª ed., tomo II, nota 11, p. 259).

(32) Vide *Chronica Gothorum*, in P. M. H., *Scriptores*, tomo I, p. 11: «... habens etatis annos fere quatordecim apud sedem Zamorensem, ab altario Sancti Saluatoris ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma ab altari et ibidem ante altare inductus est et accinctus militaribus armis, sicut moris est Regibus facere in die sancto Pentecostes».

(33) «... ad uos bonos homines de Vimaranes proinde quod uos fecistis honorem et cabum super me et fecisti mihi seruicium bonum et fidele...» E mais adiante: «... illos bur

zeses qui mecum sustinuerunt male et pena in Vimaranes . . . » (V. M. H., doc. 78, p. 77-78).

(34) « Pro servitio quod mihi fecistis in obsidione Vimaransensi adversus Regem Alfonsum meum consanguineum una cum Suario Menendi dictus Grossus et cum aliis de suo genere ». (V. M. H., doc. 79, p. 78).

(35) « . . . Et quando habuero portugalem terram adquisitam, ciuitatem tuam et sedem tuam et ea que ad eam pertinent tibi tuisque successoribus in pace dimittam sine aliqua controuersia ». (Vide A. Elisabeth Reuter, *Chancelarias Medievals Portuguesas*, Coimbra, 1938, vol. I, doc. 5, p. 7).

(36) A *Chronica Gothorum* (P. M. H. *Scriptores*, p. 12) descreve-nos assim as causas da Batalha, o lugar onde ela se feriu e o seu desfecho: « Siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico cum adhuc ipse puer esset duorum aut trium annorum, quidam indigni, et alienigene uendicabant Regnum Portugalis matre eius Regina Donna Tarasia eis consentiente uolens et ipsa superbe regnare loco mariti sui, amoto filio a negocio Regni. Quam iniuriam ualde inhonestam nullatenus ferre ualens (erat enim grandeus etate, et bone indolis) conuocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem eius, uel indignos et externos natione uolebant regnare super se. Commisit cum eis prelium in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et deuicti ab eo, et fugerunt a facie eius, et comprehendit eos ».

Se o reconto teve ou não lugar junto do Castelo, ou noutro ponto mais distante, do vale de S. Torcato, como querem alguns estudiosos, parece ser uma questão de pormenor, de secundária importância histórica para os sucessos de natureza política resultantes do prélio. Porém, julgamos mais admissível que um cerco apertado ao Castelo, onde naturalmente se acolheriam os partidários de Afonso Henriques, ou os de D. Teresa, daria lugar à sortida dos sitiados, e portanto a luta se haveria de ferir ali próximo. A Crónica dos Godos diz claramente que a Batalha teve lugar « in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes ». Quanto à subtilidade de se querer que, se a batalha tivesse sido junto do Castelo, o cronista deveria ter empregado, de preferência, a palavra *juxta* em vez de *prope*, parece-nos argumento sem valor probatório (Vide sobre este assunto João de Meira, *Rev. de Guimarães*, vol. 31, p. 151; Luís de Pina, *Rev. dos Centenários*, fasc. 4, p. 20; e Alfredo Pimenta, *Guimarães*, 1940, p. 10-11).

(37) É afirmação tradicional que Afonso Henriques foi proclamado Rei após a vitória de Ourique, a 25 de Julho de 1139, no próprio campo da batalha, atribuindo-se assim à Monarquia portuguesa uma origem heróica. Não existe, porém, documento algum coevo a confirmar este facto. A primeira notícia que a tal se refere é já de começos do século XIV (Carl Erdmann,

De como Afonso Henriques assumiu o título de Rei, Coimbra, 1940, p. 6 e nota 2). Para Alexandre Herculano, só em 1140 Afonso Henriques se intitularia Rei (*Hist. de Port.*, 5.^a ed., tomo I, nota XVIII, p. 522), reportando-se a uma Carta de confirmação e couto ao presbítero D. Nuno Gonçalves, da ermida de Santa Marinha de Panóias, com data de 10 de Abril desse ano, pergaminho este transcrito no *Liber Fidel*, fl. 140, n.º 520, do Arquivo Distrital de Braga, no qual aparece a fórmula «Ego egregius rex alfonusus» (Vide A. Elisabeth Reuter, *Ob. cit.*, doc. 95, p. 129). O Prof. Paulo Merêa publicou, porém, no seu trabalho *Quando D. Afonso Henriques começou a intitular-se Rei*, um documento com data anterior àquela (Março de 1139) consistindo numa Carta de testamento de umas vinhas e de várias regalias concedidas ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Reuter, *Ob. cit.*, doc. 87, p. 118, também reproduzido pelo Prof. Damião Peres na *Hist. de Port.*, ed. de Barcelos, vol. II, 1929, p. 11). Erdmann, porém, apoiado em razões históricas, e de cronologia e crítica diplomática, põe dúvidas ao valor testemunhal deste último documento, e chega à conclusão de que a mudança de título de Afonso Henriques, de «princeps» ou «infans» para o de «rex», se teria dado entre Julho de 1139 e Abril de 1140. A verdade é que entre aquele documento de Março de 1139 e diversos outros, até Abril de 1141, as designações de *princeps*, *infans* e *rex* alternam-se, aparecendo ora de uma forma, ora de outra (Vide Reuter, *Ob. cit.* p. 118-151). Em face de tantas dúvidas, vê-se que não fica de todo eliminada a hipótese de o sucesso determinante que deu a Afonso Henriques o título de Rei de Portugal ter sido a vitória de Ourique, aclamado ou não no próprio campo da Batalha.

(38) Carl Erdmann, *O Papado e Portugal* cit., p. 72 e 76. Doc. do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(39) Forais de Afonso Henriques, *P. M. H. Leges*, vol. I, 368. Doc. da Torre do Tombo.

(40) Lê-se no *Chronicon Conimbricense* (*P. M. H., Scriptores*, vol. I, p. 3): «VIII idus decembris obiit rex Ildefonsus portugalensis». Sobre a fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, vide Erdmann, *O Papado e Portugal* cit., p. 37-39. Os riquíssimos túmulos de D. Afonso Henriques e de seu filho D. Sancho I, de estilo gótico-manuelino, que se encontram na capela-mor da Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, foram mandados construir por D. Manuel I (Vide A. M. Simões de Castro, *Os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*, Coimbra, 1885).

(41) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, fl. 28 v. Este documento, em latim bárbaro, está transcrito nos *V. M. H.*, p. 218, n.º 258, ano de 1258, e encontra-se traduzido no livro da Dr.^a D. Virginia Rau, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Lisboa, 1943, p. 152-154. Do mesmo reinado, mas já do

ano de 1272, existe outro documento descrevendo os limites e privilégios da Vila do Castelo (Arquivo da T. do Tombo, *loc. cit.*, fl. 116, e *V. M. H.*, doc. 267, p. 339). Em Carta de 1369, D. Fernando extinguiu a feira trimestral da Vila do Castelo, que substituiu por uma feira semanal, realizada na Vila de Guimarães, a pedido dos desta vila, que acusavam os do Castelo de terem fraquejado e necessitado da sua ajuda, quando Henrique II de Castela veio pôr cerco a Guimarães, em Setembro desse mesmo ano (*V. M. H.*, doc. 329, p. 413). Mas, logo em 1370, os moradores da Vila do Castelo se queixaram ao Rei de que os da Vila de baixo cometiam abusos de autoridade contra eles e não respeitavam seus velhos privilégios (*V. M. H.*, doc. 330, p. 415). Dois anos depois D. Fernando restabelece-lhes a feira trimestral (*V. M. H.*, doc. 332, p. 416). Sobre estas feiras medievais de Guimarães, veja-se o citado livro de Virginia Rau, p. 49 a 52.

(42) *V. M. H.*, doc. 329, p. 413.

(43) *Chancelaria de D. Fernando*, Livro I, fl. 63 v, e *V. M. H.*, doc. 330, p. 415.

(44) Vide *Inquirições de D. Afonso III*, in *V. M. H.* doc. 259, do ano de 1258, p. 219, e confira p. 263, 1.^a coluna.

(45) O censo de 1950 dá ao Concelho de Guimarães 96.277 habitantes (Vide *IX Recenseamento Geral da População*, publ. do Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, tomo I, 1952). A cidade conta actualmente uns 18.000 habitantes.

(46) Vide Gama Barros, *Hist. da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a ed., tomo III, p. 87-94, tomo V, p. 225-232, tomo IX, p. 299-310. Sobre as indústrias vimaranenses, vide A. L. de Carvalho, *Os mesteres de Guimarães*, 8 vols. (1939-1951).

(47) Padre António Caldas, *Guimarães*, Porto, 1881, vol. II, p. 258. Este Padrão é considerado «monumento nacional» por Decreto n.º 37.366, de 5 de Abril de 1949. Na haste do cruzeiro existia, encaixada na pedra, uma lâmina de bronze, com inscrição de 1380, em caracteres góticos, contendo a dedicatória e o nome do oferente da mesma cruz. Há anos foi dali estupidamente roubada, para ser vendida como sucata, quando os metais tinham grande procura.

(48) Como consta dos registos do Livro 1.º da *Chancelaria de El-Rei D. Fernando*, este monarca esteve em Guimarães em 30 de Junho, 8 e 20 de Julho de 1372. Desconhecia-se, porém, o lugar onde D. Fernando havia firmado o 1.º Tratado de Aliança com a Inglaterra, a que o cronista Fernão Lopes se refere, dizendo simplesmente ter sido lavrado perto de Braga (*açerca de Bragaa*), sem precisar o local. Teve o ilustre investigador bracarense, Dr. Sérgio Silva Pinto, a felicidade de haver podido esclarecer este ponto, obtendo a fotocópia do pergaminho original do Tratado, existente nos Arquivos do Ducado de Lencastre, no Public Record Office, de

Londres (Sérgio Silva Pinto, «O primeiro Tratado de Aliança anglo-português», in *Rev. Braga. Boletim do Arquivo Municipal*, Braga, 1935, vol. I, p. 347 e ss.).

(49) Padre António Caldas, *Ob. cit.*, vol. II, p. 263.

(50) As muralhas da antiga Vila tem sido vandalicamente destruídas, no decorrer dos séculos. Hoje existem apenas da velha cerca o pano de muralha da estrada para Fafe, cuja grandiosidade foi estupidamente prejudicada por um inútil aterro na sua base, e ainda alguns metros de parede na parte fronteira à Avenida Afonso Henriques. Ultimamente foi posto a descoberto um novo lanço, que apareceu derruído até cerca de metade da primitiva altura, e estava encoberto pelas casas da Rua de Santa Cruz, mandadas agora demolir. A directriz da velha cerca partia do Castelo, seguindo pelo lado poente da Rua de Santa Cruz, estrada de Fafe, Senhora da Guia, tomava depois a orientação definida actualmente pelas casas da Rua de S. Dâmaso, S. Francisco, lado nascente do Toural, Rua de Santo António, Rua dos Palheiros, e ligava novamente ao Castelo, em frente ao Hospital da Misericórdia. Havia em todo este perímetro sete portas, com as correspondentes torres defensivas, das quais nenhuma hoje existe. A última demolida foi a torre de S. Bento, em frente à Rua de Santa Luzia, em 1870.

(51) Rogério Azevedo, *O Poço dos Duques de Guimarães*, Porto, 1942.

(52) Todos os antigos monógrafos de Guimarães apontam o facto de, na tomada de Ceuta, em 1415, os soldados de Guimarães terem acudido ao sector vizinho do seu, para manter a posição que os de Barcelos haviam abandonado. E que, por esse facto, D. João I ordenara que todos os anos, em castigo da gente de Barcelos, os vereadores da Câmara daquela Vila viessem a Guimarães varrer as ruas, na véspera de certas solenidades, ostentando um traje irrisório. Não se encontra, porém, esta versão confirmada por documentos. O escritor João de Meira deu-lhe crédito (*Rev. de Guimarães*, vol. 31, p. 135); Alfredo Pimenta apresenta dúvidas (*Vide Guimarães cit.*, p. 19 e nota 1).

(53) Vide «Memória sobre o Convento da Costa», pelo monge hieronimita Frei Cristóvão da Cruz, que foi Vice-reitor da Universidade de Coimbra, in *Rev. de Guimarães*, vols. XXVII, XXVIII e XXIX. Corre na tradição que este Mosteiro foi fundado em 1146 pela Rainha Dona Mafalda, Mulher de D. Afonso Henriques. Do ano de 1163, existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Maço 2, n.º 18) um documento que pertence ao Arquivo da Colegiada de Guimarães, contrato de venda de um campo e de umas vinhas situados junto dos terrenos pertencentes ao Mosteiro da Costa («... que stat circa ipsa deuesa dos frates da costa...», *V. M. H.*, doc. n.º 103, p. 90); e de 1188 é também conhecido um apógrafa mencionando uma troca de terrenos efectuada entre o

Prior do Mosteiro da Costa e o da Colegiada de Guimarães (V. M. H., doc. n.º 132, p. 104). Em 1213. foi estabelecida uma concordata entre este Mosteiro e a Sé Bracaraense (*Liber Fidel.*, doc. n.º 883, no Arquivo Distr. de Braga). Diversos Reis da 1.ª Dinastia enriqueceram este Convento com muitas imunidades, legados, concessões de reguengos e confirmações de privilégios (Vide V. M. H., doc. n.º 164, 190, 196, 204, 220, 236, 237, 242, 243 e 272).

(54) Por sugestão do Mestre-escola da Colegiada, Rui Gomes Golias, foi este sermão publicado mais tarde, na obra de Frei Luís da Natividade intitulada *Divindade do Filho de Deos Humanado.* etc., Lisboa 1645, p. 431-433.

(55) Pertence ao Sr. Prof. Dr. Abel de Andrade, o volume manuscrito que relata estes sucessos e tem por título *Cartas e ordens de Sua Mg.de para Aluqro de souza meu Sór tocantes à praça darmas de guimaraes e marcha q com o terço fes a Cadis*, constituído por documentos autênticos, quase todos relativos ao ano de 1639. Publicamos em 1940, no Vol. Especial da *Revista de Guimarães*, um estudo sobre este códice (Mário Cardozo, «O Mestre de Campo Alvaro de Sousa e o Terço organizado em Guimarães em 1639», Porto, 1940, 36 págs.). Em 1947, o Escritor Hipólito Raposo, no seu livro *D. Luísa de Gusmão*, alude a este manuscrito (p. 393-399) e transcreve algumas das Cartas nele contidas, mas não cita o nosso trabalho, publicado sete anos antes, certamente por o desconhecer.

(56) *Auto da Aclamação*, no Livro 9.º das Vereações do Município vimaranense (Arquivo Municipal de Guimarães, códice 1342, doc. n.º 207). Este curioso documento encontra-se reproduzido em fac-simile na *Revista de Guimarães*, Vol. Especial Comemorativo dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, 1940, p. 168. Por ele se vê que a Câmara e o povo de Guimarães, num ímpeto de ousado entusiasmo não esperaram confirmação oficial da deposição do governo da Duquesa de Mântua para aclamarem o novo Rei de Portugal e festejarem ruidosamente a nossa libertação do domínio castelhano.

(57) Entre a literatura dessa época veja-se o curioso folheto, impresso em Lisboa em 1641, intitulado *Relaçam do que fez a Villa de Gulmaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade até o mes de Outubro de 1641*, escrito pelo vimaranense Pedro Vaz Cirne de Sousa, senhor do Morgadio de Gominhões e capitão-mor de Guimarães nesse ano de 41, que mais tarde professou na Ordem de Malta. Neste folheto se descreve a parte activa que as forças militares organizadas em Guimarães tomaram nas primeiras lutas da Restauração.

(58) Vide Padre Caldas, *Ob. cit.*, vol. II, p. 226 e ss.; Luis de Pina, *Vimaranes*, Porto, 1929; João de Meira, «Assistência pública, em Guimarães, I — Gafarias» in *Gazeta dos*

Hospitais, Porto, 2.º ano (1908), n.º 21, p. 337, e 3.º ano (1909), n.º 12, p. 202; A. L. de Carvalho, *Santa Casa*, Guimarães, 1952,

(59) A. E. Reuter, *Ob. cit.*, p. 363-365; José da Cunha Saraiva «Uma nota sobre o testamento de D. Afonso I», in *Arquivo Histórico de Portugal*, I, p. 47.

(60) Foi o vimaranense Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Afonseca e Camões o fundador desta Academia literária. Os discursos, composições poéticas, etc., pronunciados nas sessões da Academia Vimaranense estão compilados nos dois volumes com o título de *Guimarães Agradecido*, impressos em Coimbra respectivamente nos anos de 1747 e 49.

(61) Vide Padre António Caldas, *Ob. cit.*, vol. I, páginas, 332 e ss.

(62) João Pinheiro Lobo da Figueira Correia de Melo e Almada, 1.º Visconde de Pindela, foi deputado, Governador Civil de Braga e de Viana, e era presidente da Câmara Municipal de Guimarães no ano de 1852. Dois dos filhos deste titular foram homens de destaque, o 2.º Visconde de Pindela, Vicente Pinheiro Machado, que desempenhou com brilho o cargo de nosso Ministro em Haya e Berlim, e o 1.º Conde de Arnoso, Bernardo Pinheiro Machado, literato de merecimento, que fez parte do célebre Grupo dos «Vencidos da Vida», constituído por alguns dos mais notáveis intelectuais da sua época.

(63) O Par do Reino e fidalgo da Casa Real, Dr. Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Sodré Laborão de Moraes e Castro Pimentel foi agraciado com o título, em sua vida, de 1.º Conde de Arrochela, por Decreto de 10-11-1852 e Carta de 9-1-1853, como prémio de ter hospedado no seu palacete de Guimarães a Rainha D. Maria II, quando da viagem desta ao Norte do País. Foi o Conde de Arrochela um vimaranense muito culto, amigo do célebre Pintor suíço Augusto Roquemont, o qual por diversas vezes hospedara em sua Casa, possuindo vários trabalhos desse artista, entre eles um magnífico retrato a óleo do seu patricio e companheiro Dr. João Baptista Felgueiras, que foi secretário das Cortes de 1820. Esse belo retrato é hoje propriedade da Secção de Arte do Museu da Sociedade Martins Sarmento (*Rev. de Guimarães*, vol. 61, p. 233).

(64) Hoje na posse da Família Jordão.

(65) Vide Alberto Vieira Braga, *Curiosidades de Guimarães*, tomo X («Visitas Régias», etc.), Guimarães, 1946, p. 113-122.

(66) Doc. do Arquivo Municipal de Guimarães, contador dos pergaminhos, gaveta 3, n.º 81.

(67) Como disse, existe um documento (ver nota 11) que alude a *Vimaranes*, datado da primeira metade do século IX. Posterior a este um século é o primeiro documento que se

conhece alusivo ao Mosteiro de Mumadona (ver nota 14), em volta do qual se desenvolveu o burgo. Estes vetustos documentos não significam de modo algum que, anteriormente às datas que eles mencionam, não existisse já o povoado de *Vimaranes*, antes o confirmam. De onde se conclui que, rigorosamente, o Milenário de Guimarães já passou, não sabemos sequer há quanto tempo. O certo é que, festejando um Milenário da nossa terra, não falseamos a verdade, visto ser indiscutível que Guimarães conta mais de mil anos de existência, historicamente comprovada. Precisamente de há mil anos, ou seja do ano 953, é um curioso documento, que pertenceu ao Arquivo da Colegiada de Guimarães, e se encontra actualmente na Torre do Tombo, no qual uma certa Dona Chama, religiosa (*Flamula, Deo-vota*), vendeu ao Abade Gonta, com seus frades e freiras, do Mosteiro de Guimarães, duas propriedades, Vila do Conde e Quintela, e ainda outros bens, com os respectivos servos (*V. M. H.*, doc. 340, p. 420).

(68) Vide *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Porto, 1884, 255 págs.; *Exposição Agrícola de Guimarães e Mercado Especial das Indústrias Vimaranenses*, Guimarães, 1910, folheto de 8 págs.; *Guimarães. O labor da grei*, Volume Comemorativo da Expos. Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923, organizado por Francisco Martins.